



SALVAGUARDIA DEL PATRIMONIO CULTURAL INMATERIAL DE LOS AFRODESCENDIENTES EN AMÉRICA LATINA

ESTADO DA ARTE DO UNIVERSO
CULTURAL AFRODESCENDENTE NO BRASIL

Alessandra Rodrigues Lima

ÍNDICE

Apresentação	5
Breve História do Negro no Brasil: Diáspora Africana	6
Patrimônio Cultural Afrodescendente No Brasil: Uma Linha do Tempo	13
Instituições Envolvidas Com A Salvaguarda Do PCI Afrodescendente	18
1. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan	18
1.1 Estratégias Aplicadas	20
1.2. Instrumentos	22
1.2.1 Instrumentos de Conhecimento	22
Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC	22
Inventário Nacional de Diversidade Linguística - INDL	25
1.2.2. Instrumentos de Reconhecimento	24
Registro	24
1.2.3 Instrumentos de Apoio e Fomento	26
Planos e Ações de Salvaguarda	26
1.3 Editais e Publicações	27
Programa Nacional de Patrimônio Imaterial - PNPI	27
Prêmio Viva Meu Mestre	29
Edital de apoio a Documentários Etnográficos sobre Patrimônio Cultural Imaterial – Etnodoc	30
Concurso Sílvio Romero	30
Prêmio Manuel Diegues Jr.	31
1.4 Publicações	31
Coleção Dossiê Iphan	31
1.5 Outras ações e projetos relacionados ao PCI afrodescendente e/ou aos detentores	32
Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural - Promoart	32
Base de Dados de Bens Registrados - BCR e Sistema Informatizado do Inventário Nacional de Referência Cultural - S-INRC	33
2. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SPPIR	32
2.1 Estratégias Aplicadas	35
2.1.1 Projeto “A Cor da Cultura”	35
Programa Mojubá	36
Programa Livros Animados	37
2.1.2 Projeto Dia Nacional do Samba - Patrimônio da Humanidade	37
2.2 Outras ações e projetos relacionados ao PCI afrodescendente e/ou aos detentores.	38

Programa Brasil Quilombola	38
Diversidade Cultural	39
Ações com Comunidades de Terreiros	39
3. Fundação Cultural Palmares	40
3.1 Estratégias Aplicadas	41
Breve Resenha de Linguagem, Expressões Idiomáticas, Visões de Mundo e Manifestações Orais (Mitos, Contos e Lendas)	43
Ritos e Festividades	45
Técnicas e Instrumentos	47
Principais Pesquisadores do PCI Afrodescendente	49
Um Projeto Regional de Salvaguarda do PCI Afrodescendente	49
Considerações Iniciais	
Desafios e possibilidades	
Referências Bibliográficas	55
Anexo I - Inventários de Referências Culturais Relacionadas ao PCI Afrodescendente	57
Anexo II - Bens Culturais Imateriais Afrodescendentes Registrados	58
Anexo III - Grupos de Pesquisa Sobre o Patrimônio Cultural Imaterial Afrodescendente	59

APRESENTAÇÃO

Este documento foi produzido por solicitação do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina – CRESPIAL – como produto da consultoria “Estado del Arte del Universo Afrodescendiente de Brasil”. Como ação integrada ao projeto “Universo Cultural de los Afrodescendientes de América Latina”, o documento pretende esboçar um diagnóstico preliminar das principais ações realizadas por instituições vinculadas ao Estado brasileiro, com objetivo de salvaguardar o Patrimônio Cultural Imaterial – PCI – afrodescendente no Brasil.

As ações voltadas para o PCI afro-brasileiro, historicamente, se inserem em políticas públicas instituídas recentemente, de modo que este documento é apenas um levantamento preliminar das iniciativas que se desenvolvem em diferentes regiões do país a partir de programas e projetos conduzidos por instituições federais. Cabe ressaltar que existem ações encaminhadas no âmbito dos estados¹ e municípios no campo patrimônio imaterial, mas não serão descritas nesse documento, já que um exercício como esse exigiria mais tempo para sua realização.

De forma ampla, o patrimônio afro-brasileiro compreende expressões e manifestações culturais que apresentam em suas origens as formas de sociabilidade consolidadas por africanos escravizados e o diálogo com a memória ancestral africana por meio do universo simbólico, das tradições e dos elementos que caracterizam esse patrimônio. Ainda assim, a identificação dessas características não esgota e nem contempla a diversidade de formas culturais criadas e recriadas m território nacional pelos africanos e seus descendentes.

Como disposto no Anexo B do contrato nº 62S – 2011, que estabelece a consultoria, o produto deve conter mapeamento das principais instituições envolvidas com a salvaguarda do PCI afro-brasileiro, um histórico das ações em andamento, além de recomendações para elaboração de um projeto regional de salvaguarda dos PCI afrodescendentes na América Latina.

¹ Doze estados brasileiros possuem legislação voltada para o patrimônio imaterial: Maranhão, Piauí, Acre, Espírito Santo, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará, Distrito Federal, Bahia, Alagoas, Santa Catarina e Paraíba.

BREVE HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL: DIÁSPORA AFRICANA

A utilização sistemática do trabalho compulsório é uma característica marcante de vários territórios do continente americano. No Brasil, esse processo se inicia com a escravização de populações indígenas e se intensifica a partir do século XVI, com o estabelecimento do tráfico atlântico e a escravização das diversas populações africanas. O escravismo, por mais de 300 anos, foi a principal forma de exploração do trabalho na sociedade brasileira (SOUZA, 2007, p.82).

O período que vai do século XVI ao XIX caracteriza-se pela consolidação das rotas de tráfico pelo oceano Atlântico. O grande número de africanos enviados para as Américas e a demanda de mão de obra em cada região determinaram formas diferentes de distribuição espacial dessas populações pelo continente. Gomes (2006a) ressalta que o Brasil, país de dimensões continentais, recebeu aproximadamente 40% do total de africanos enviados para o continente americano (ver Quadro 1).

**Quadro 1. Contingente de africanos desembarcados no Brasil
(Em números aproximados)**

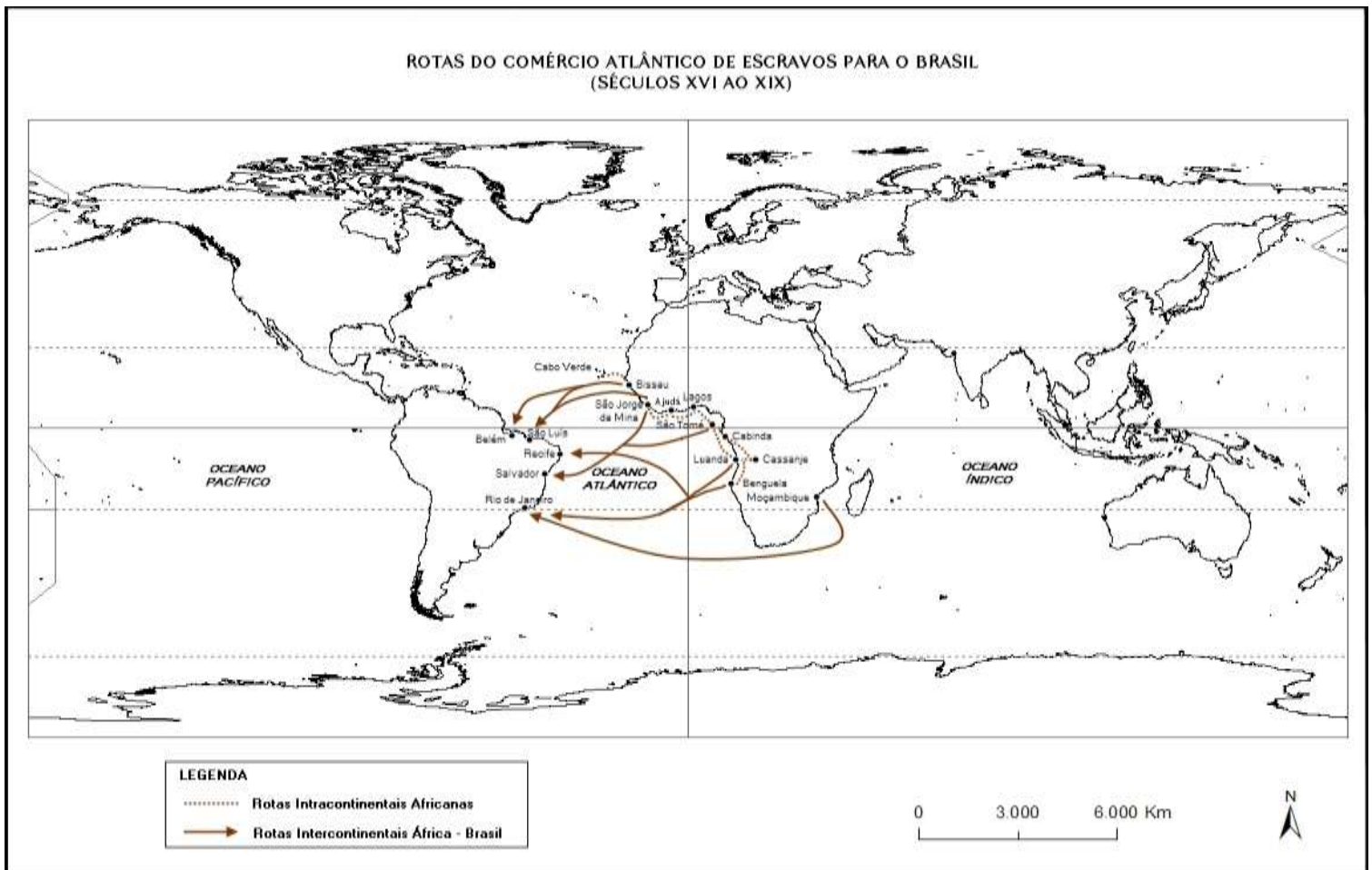
Século	Quantitativo
XVI	50.000
XVII	560.000
XVIII	1.400.000
XIX	2.000.000

Fonte: Gomes, 2006a, p. 113.

Os africanos escravizados eram provenientes de diversas regiões do continente e possuíam características bem específicas no que se refere à organização política, econômica, social e cultural. Divididos genericamente entre bantos e sudaneses, a origem dos diversos grupos de africanos enviados para o Brasil é mais complexa. O termo “sudaneses” agrega uma variedade de grupos étnicos situados no território ocidental do atual Sudão: povos como os Hauçás, Iorubás e Mandingas, por exemplo, desembarcaram principalmente nos estados do nordeste brasileiro (Pernambuco, Bahia, Maranhão). Já os povos que integram o tronco linguístico banto, são provenientes das regiões da Costa da Mina e dos atuais Moçambique e Angola: Ambundos, Imbangalas e Quiocos foram enviados para os estados da região sudeste, chegando pelos portos de Salvador e Rio de Janeiro. No norte do Brasil, chegavam pelos portos do Maranhão e Belém, saindo principalmente das regiões da atual Guiné Bissau e Moçambique.

Além do nordeste colonial, os africanos escravizados ocuparam a partir do século XVII a região amazônica, áreas de criação de gado em Sergipe, lavouras de fumo na Bahia e regiões de mineração em Goiás e Mato Grosso. Trabalharam, ainda, na busca de drogas do sertão e nas lavouras de algodão nas regiões do Maranhão e Grão-Pará. A ampla dispersão dos diferentes povos africanos pelo território brasileiro, as especificidades de cada região e o impacto demográfico causado por essa dinâmica definem a importância dessa matriz civilizatória na formação da cultura brasileira.

Figura 1. Rotas do Comércio Atlântico de Escravos para o Brasil



Produção própria realizada com base nos dados de Souza (2007, p. 82).

O resultado desse processo é a reelaboração de uma herança cultural africana plural e extremamente dinâmica. A noção de diáspora traz um significado relacionado tanto à dispersão de pessoas quanto de tradições, culturas, línguas e cosmologias. Nesse sentido, as expressões culturais afrodescendentes se recriaram nas diferentes regiões do país, em diálogo constante com povos indígenas e europeus, a partir de elementos

culturais e significados simbólicos redefinidos em função da experiência escravista e das novas relações de sociabilidade.

Depois da Nigéria, o Brasil possui o segundo maior contingente populacional afrodescendente² no mundo e isso se deve, em boa medida, ao grande número de africanos aqui desembarcados durante o regime escravista. Deslocados em função das necessidades de mão de obra nas diferentes regiões do país, a população negra distribuiu-se pelo território nacional constituindo elemento fundamental no mapa de ocupação da maior parte das regiões. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais, divulgada em 2011 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 51,1% da população brasileira se autodeclara³ preta ou parda, categorias utilizadas para identificar a população negra no país.

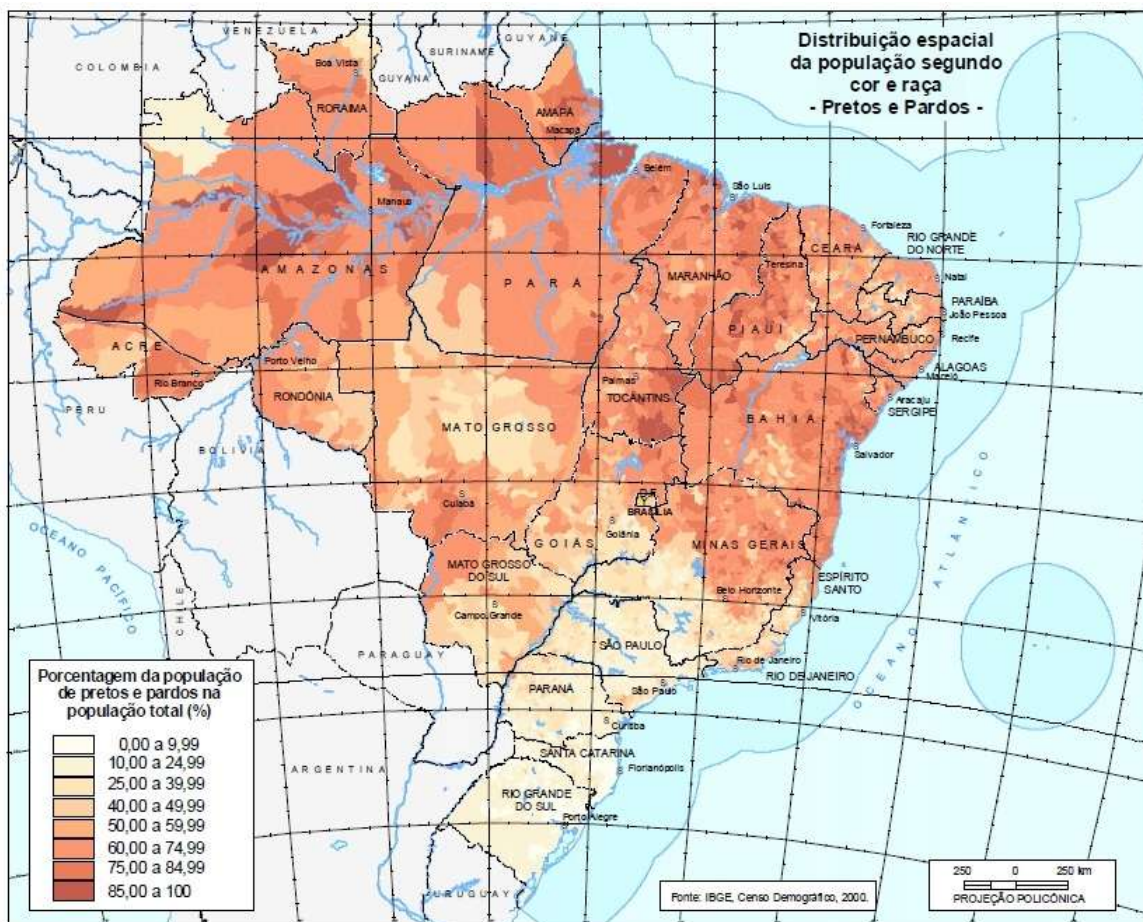
Outro aspecto que deve ser ressaltado refere-se às condições sociais dos afro-brasileiros. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – a incidência da pobreza é maior na população negra: de cada dez pobres, seis são negros. Cerca de 20% dos brancos são considerados pobres, enquanto que o percentual para população negra é de 47%⁴. As populações negras, em função dos desequilíbrios decorrentes do racismo, apresentam altos índices de vulnerabilidade social e ainda tem dificuldades de acesso a direitos e garantias fundamentais como educação, saúde e emprego. Desconsiderados enquanto agentes históricos, os afro-brasileiros ocuparam, ao longo do tempo, territórios que vão de norte a sul do Brasil e, por isso mesmo, têm importância fundamental no conjunto da população nacional, como mostra a Figura 2 na sequência:

² Informação retirada do domínio <http://www.acordacultura.org.br/nota10/programa/1>. Programa veiculado pelo canal de TV Futura, como parte do projeto a Cor da cultura, que produz e divulga materiais didáticos para estudo de História da África e dos Afro-brasileiros.

³ A autodeclaração é uma metodologia consagrada internacionalmente, ratificada pela Declaração de Durban, relatório da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, em 2001.

⁴ Informação disponível na série “Retratos: Reconhecimento à Cultura Negra”, disponível <http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/17/edicoes/51/pdfs/rd51not08.pdf> e publicada na edição nº 52 da Revista Desafios do Desenvolvimento, jun de 2009.

Figura 2. Distribuição Espacial da População Segundo Cor/Raça Pretos e Pardos



Fonte: IBGE (2007, p. 9)

Outro elemento que caracteriza a história dos afro-brasileiros é a mestiçagem. Inicialmente observada como indício do atraso brasileiro, essa “mistura” se transforma, ao longo do século XIX, na ferramenta que possibilitará o embranquecimento gradual da população. Nesse período, o negro passa de mercadoria a objeto de ciência e essa modificação contribui para o desenvolvimento de uma literatura, em áreas como história e antropologia, dedicada ao estudo da questão racial⁵. A crença na inferioridade do africano e de seus descendentes contribuiu para uma visão que os considerava um empecilho ao desenvolvimento da nação. Para anular os efeitos negativos dessa presença e construir

⁵ O conceito de “raça” não é utilizado no sentido biológico, já que estudos genéticos indicam a inexistência de raças humanas. Essa categoria atualmente tem um significado político, construído social e historicamente a partir das relações raciais consolidadas no Brasil.

um Brasil embranquecido, a mestiçagem aparece, assim, como o instrumento mais adequado. Desse modo, tanto o determinismo biológico quanto as teorias de branqueamento possuíam como ponto de convergência a ideia de que o negro era um problema para a construção de um país verdadeiramente civilizado. Tem início nesse contexto, por meio de subvenção do governo brasileiro, a substituição do trabalho escravo pela mão de obra europeia, como marca da tentativa de branqueamento do país e da marginalização das diversas populações negras.

Ainda que estivesse fundamentada nas ideias de hierarquia de raças e na suposta inferioridade do negro, as discussões em torno da mestiçagem contribuem, em meados dos anos 1930, para o surgimento de uma postura crítica sobre a questão racial nos meios acadêmicos e intelectuais. Os estudos se descolam da biologia e do determinismo científico para uma abordagem culturalista, formulando imagens e posturas diferenciadas sobre o negro brasileiro, que passa a ser percebido a partir de sua contribuição histórica e cultural para a formação do país.

A mistura entre as diferentes matrizes culturais torna-se o elemento que caracteriza o Brasil e a marca que define a originalidade de sua composição racial. Um novo momento caracterizado pelo surgimento de estudos sobre diversas expressões da cultura afro-brasileira e a problematização da noção de identidade nacional se inicia e, articulado a mudanças políticas, sociais e econômicas de caráter mais amplo, determina uma modificação importante nas representações criadas sobre os negros brasileiros. Cabe citar, nesse contexto, a pesquisa sobre as relações raciais no Brasil nos anos 1950 com patrocínio da Unesco. Esse projeto estava articulado a uma agenda antirracista da instituição e era decorrência das questões suscitadas pela 2ª Guerra Mundial. No resultado, constatou-se que diferente do paraíso racial divulgado pela historiografia brasileira desde os anos 1930, o Brasil era um país racista e marcado pela desigualdade entre brancos e negros.

Essa breve descrição das perspectivas construídas sobre os afro-brasileiros fornece um quadro explicativo razoável na compreensão das dinâmicas que marcam o reconhecimento da herança cultural africana. Intelectuais vinculados a escolas de pensamento distintas e os movimentos sociais negros⁶ vêm discutindo o papel dos

⁶ Movimentos sociais negros são entendidos aqui como formas de organização criadas pelos afro-brasileiros para combater o racismo e pleitear melhores condições de vida tanto no período escravista como após a abolição. Inserem nesse conjunto as diversas formas de agência negra identificadas ao longo da história: desde a formação de quilombos e irmandades negras a partir do século XVI, passando pela imprensa negra criada em vários estados do país no século XIX até os movimentos sociais negros contemporâneos.

afrodescendentes no Brasil ao longo do tempo. O avanço dessas discussões, a atuação das populações afro-brasileiras no combate ao racismo e uma série de modificações nos parâmetros de construção da história do Brasil são elementos que podem ajudar a explicar o processo de reconhecimento do legado cultural afrodescendente. Além disso, cabe ressaltar as estratégias de apropriação das marcas culturais dos grupos subalternos, no caso os afro-brasileiros, pelo Estado brasileiro na tentativa de compor e consolidar determinadas representações da coletividade⁷.

Assim, é possível identificar três abordagens que caracterizaram, em momentos distintos, os estudos sobre os negros no Brasil: o viés cientificista, vigente no século XIX e início do século XX, que postulava a inferioridade do negro por meio das famigeradas teorias raciais; o viés culturalista que a partir de 1930, trouxe um novo olhar sobre os afro-brasileiros e sua cultura, reconhecendo a importância deles para a formação nacional; e, por último, um viés sociológico que marca os estudos desenvolvidos a partir de 1950 com ênfase no impacto do racismo sobre as condições de vida das populações negras.

Atualmente as discussões sobre a história do negro se ampliaram de forma significativa e vários estudos são realizados nas universidades brasileiras e instituições governamentais e não-governamentais. A inserção da questão racial na agenda política nacional e a realização de ações voltadas para o combate ao racismo e para valorização da população negra possibilitou o crescimento de estudos e pesquisas voltadas para a temática. Como exemplo importante cabe ressaltar a instituição da Lei Federal nº 10.639/2003 que obriga todos os estabelecimentos de educação básica, públicos ou privados, a ensinarem conteúdos de História da África e dos afro-brasileiros. Essa regulamentação estimulou, nos últimos anos, a formulação de materiais didáticos, pesquisas e estudos voltados para análise tanto da história dos afro-brasileiros quanto das relações raciais no Brasil.

No campo do patrimônio cultural, elementos importantes começam a ganhar visibilidade a partir das preocupações apontadas pelo Movimento Modernista: a origem da noção de patrimônio imaterial e a importância das matrizes indígenas e afro-brasileiras aparecem como destaque. O aprofundamento da discussão sobre a cultura nacional tem como resultado a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – em 1937, sendo que Mário de Andrade já ressaltava, no projeto de criação do

⁷ Exemplo desse processo é a conversão de expressões afro-brasileiras como o Samba e a Capoeira em símbolos da identidade nacional no governo populista de Getúlio Vargas (1930 – 1945). Período em que a imagem do Brasil como uma democracia racial é bem ressaltada e difundida.

órgão, as manifestações populares como componentes importantes do patrimônio cultural do Brasil. Além disso, a instalação da Campanha de Defesa do Folclore em 1958 e as recomendações da Unesco sobre a salvaguarda das culturas populares são fundamentais na formatação da ideia de PCI no Brasil.

Nas décadas de 1970 e 1980 algumas modificações conceituais, políticas e a intervenção da sociedade civil organizada promovem uma ampliação da noção de patrimônio cultural (FONSECA, 1996) e contribuem para o reconhecimento de expressões culturais de matrizes populares, como formadoras do patrimônio cultural nacional. Iniciativas realizadas a partir do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC – e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP – foram relevantes na valorização de bens culturais negligenciados pelas políticas oficiais de patrimônio. Os saberes tradicionais, as manifestações artísticas, o artesanato e a oralidade passam a ser concebidas como marcas identitárias dos grupos que os produzem, em amplo movimento de reconhecimento da diversidade cultural brasileira.

Como resultado dessa dinâmica e da atuação dos movimentos sociais negros inicia-se, em meados dos anos 1980, o reconhecimento oficial de bens culturais afro-brasileiros pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Um marco fundamental foi o tombamento do Terreiro de Casa Branca – Ilê Axé Iyá Nassô Oká – em 1984, um dos mais antigos espaços de culto afro-brasileiro. Além disso, o artigo 215 da Constituição Federal de 1988 estabelece que o Estado deve proteger as expressões culturais dos grupos populares, indígenas e afro-brasileiros, consolidando uma concepção mais ampla e diversa do patrimônio cultural nacional.

O processo de reconhecimento do patrimônio afrodescendente no Brasil ocorre nesse contexto e está articulado a uma profunda modificação das diretrizes da política de preservação do patrimônio cultural, à emergência dos direitos culturais e ao combate ao racismo. A trajetória histórica que permitiu tal reconhecimento vincula-se a processos históricos diferenciados: de modo amplo, ao reconhecimento dos desequilíbrios do racismo no país e o surgimento das ações afirmativas e, de forma mais restrita, à ampliação da noção de patrimônio cultural e ao aumento da visibilidade das expressões culturais afro-brasileiras. Cabe, portanto, indicar alguns dos acontecimentos que podem ter contribuído para a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro, utilizando como ponto de partida o processo de valorização das culturas populares no Brasil.

**PATRIMÔNIO CULTURAL AFRODESCENDENTE NO BRASIL:
UMA LINHA DO TEMPO**

- **1975:** Criação do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC – com a proposta de valorização prioritária dos bens culturais das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.
- **1978:** O Movimento Negro Unificado – MNU – elege o dia 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Em 2003 a data será incluída no calendário escolar por meio da Lei Federal nº 10.639/03.
- **1982:** Instituído o Projeto “Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia” – MAMBA. Por meio de convênio entre a Fundação Nacional Pró-Memória, Prefeitura Municipal de Salvador e a Fundação Cultural do Estado da Bahia foram mapeados aproximadamente dois mil centros de culto afro-brasileiros em Salvador.
- **1984:** É tombado o primeiro espaço de religiosidade afro-brasileira, o Terreiro de Casa Branca – Ilê Axé Iyá Nassô Oká – no Estado da Bahia.
- **1986:** Tombado o Sítio Histórico da Serra da Barriga, território do Quilombo dos Palmares, no Estado de Alagoas.
- **1988:** Promulgação da Carta Constitucional de 1988 que, em seu Artigo 216 expressa a definição mais ampla de Patrimônio Cultural, entendido em suas dimensões materiais e imateriais. O parágrafo 5º prevê ainda o tombamento de documentos e sítios históricos relacionados a comunidades quilombolas. O Artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias prevê o reconhecimento da propriedade definitiva da terra aos quilombolas. O inciso XLII do Artigo 5º prevê que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
Nesse ano é, ainda, criada a Fundação Cultural Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, que tem como objetivo proteger, preservar e

disseminar a cultura afro-brasileira, visando a inclusão e o desenvolvimento da população negra.

- **1997:** Realização do Seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, realizado em Fortaleza com o objetivo de discutir os instrumentos legais e administrativos de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial.
- **1998:** Criação da Comissão e Grupo de Trabalho para elaborar a proposta de regulamentação do Registro do PCI.
- **1999:** Tombamento do Terreiro Ilê Axé Opó Afonjá, no Estado da Bahia.
- **2000:** Instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e desenvolvimento da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC.
- **2002:** Tombamento do Terreiro do Gantois – Ilê Iyá Omin Axé, no Estado da Bahia e do Terreiro Casa das Minas Jeje, no Estado do Maranhão.
- **2003:** Tombamento do Terreiro de Candomblé do Bate-folha do Manso Banduquenqué, no Estado da Bahia.
Criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR – vinculada à Presidência da República, com status de Ministério.
Instituição da Lei Federal nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras no currículo da educação básica em instituições de ensino públicas e privadas.
- **2004:** Criação do Departamento de Patrimônio Imaterial no Iphan, pelo Decreto nº 5.040 de abril de 2004.
O Samba de Roda do Recôncavo é registrado como PCI do Brasil.
O “Programa Brasil Quilombola”, conduzido pela SEPPIR, é instituído.

- **2005:** Proclamação do Samba de Roda do Recôncavo como Obra-prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela Unesco.
Tombamento do Terreiro do Alakêto – Ilê Moroiá Láji, no Estado da Bahia.
Registro do Ofício das Baianas de Acarajé e do Jongo do Sudeste.
- **2007:** É realizado o registro das Matrizes do Samba Carioca – Samba de Terreiro, Partido Alto e Samba Enredo e do Tambor de Crioula no Maranhão no livro das Formas de Expressão.
- **2008:** Registro do Ofício dos Mestres de Capoeira no livro dos Saberes e da Roda de Capoeira no livro das Formas de Expressão.
- **2009:** Realização do “Seminário Internacional de Acautelamento do Iphan para Templos de Culto Afro-brasileiros”, realizado entre os dias 26 e 28 de outubro de 2009 na cidade de Salvador.
Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial na Câmara dos Deputados;
Lançamento do “Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira”, por meio de parceria entre Iphan e Fundação Cultural Palmares.
- **2010:** Registro do Complexo cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão no Livro de Registro das Celebrações.

Cabe ressaltar que a trajetória de reconhecimento do patrimônio afrodescendente está inserida em um processo histórico mais amplo. As formas de organização social das populações negras espalhadas pelo território nacional e o aprofundamento da discussão sobre as relações étnico-raciais contribuíram para o reconhecimento das expressões culturais afro-brasileiras. Uma série de dinâmicas colaborou para que essas discussões fossem convertidas em diretrizes constitucionais e passassem para o âmbito das políticas públicas, contribuindo para o combate aos desequilíbrios decorrentes do racismo e para a valorização do legado cultural africano.

Alguns órgãos públicos, ainda que não sejam responsáveis pelo trato do PCI, realizam algumas ações que contribuem para a salvaguarda do PCI afrodescendente, como a Fundação Cultural Palmares – FCP. Vinculada ao Ministério da Cultura, foi criada em 1988 com objetivo de promover e valorizar a cultura afro-brasileira. Como resultado da

atuação dos movimentos sociais negros e antirracistas, essa instituição atua no combate às desigualdades raciais e na implementação de políticas que possibilitem a melhoria das condições de vida dos afro-brasileiros.

No intuito de preservar e promover o reconhecimento da cultura negra, a FCP possui instâncias administrativas diferenciadas: o Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro que formula ações voltadas tanto para bens culturais materiais quanto imateriais; o Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-brasileira que organiza eventos, projetos e editais para incentivar e garantir as condições de produção e reprodução da cultura negra; e o Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra que atua no apoio e disseminação de dados e informações produzidos sobre a cultura negra.

Além disso, a FCP acompanha atividades de estudo e pesquisa e mantém o acervo da biblioteca que funciona nas dependências da instituição. Tal instituição, em função de sua atuação nas comunidades negras, contribui para a salvaguarda do PCI afrodescendente, já que algumas de suas ações contemplam expressões da cultura imaterial afro-brasileira ou promovem a melhoria das condições de vida das comunidades, o que influencia positivamente sobre as formas de produção e transmissão de suas culturas.

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR – foi criada em 2003 a partir das demandas da população afro-brasileira e possui estratégias que pretendem reverter o quadro de desigualdade racial no país. Como um órgão de articulação institucional, a secretaria dialoga com diferentes instituições do governo apoiando e coordenando uma série de programas voltados para o combate ao racismo e para valorização das comunidades negras.

É importante ressaltar que a formulação de políticas públicas voltadas para o apoio às populações afro-brasileiras está relacionada a uma agenda política de combate ao racismo. Nesse sentido, muitas ações executadas, na medida em que apoiam e reconhecem a importância dos afrodescendentes, também contribuem para a melhoria das condições de produção e reprodução de suas expressões culturais, que, inclusive, foram historicamente negligenciadas pelas políticas oficiais de preservação do patrimônio cultural até muito recentemente.

No âmbito do Ministério da Cultura, cabe destacar a atuação da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural –SCDC – no desenvolvimento de programas e projetos voltados para diversas comunidades negras, além da atuação junto aos pontos de

cultura⁸. Em articulação com o Iphan a SCDC apoia a criação dos Pontões de Cultura de Bens Registrados, uma estratégia que possibilita a criação de centros culturais e de espaços de referência e documentação sobre os bens. Bens culturais de natureza imaterial afro-brasileiros como o Jongo, o Samba-de-roda, o Ofício das Baianas de Acarajé e as Matrizes do Samba Carioca já possuem Pontões de Cultura implantados.

O Iphan, por meio do Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI – é a instituição que conduz a política federal de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial. A partir de uma noção de patrimônio que tenta abarcar a diversidade cultural do Brasil, a política federal de salvaguarda é executada por meio de ações que assegurem o pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas. Os princípios norteadores da política, de modo amplo, ressaltam aspectos como a adequação dos instrumentos às características de cada bem e a participação da sociedade e dos grupos de detentores na formulação e implementação da política.

Utilizando como fundamento a noção de referência cultural, os instrumentos empregados para salvaguardar o patrimônio imaterial são operacionalizados em articulação com os agentes que produzem e mantêm os bens culturais. Além disso, a definição do que pode ser considerado patrimônio cultural deixa de ser prerrogativa do Estado e passa a ser determinado em função do interesse dos diferentes grupos sociais. Como uma política voltada principalmente para o reconhecimento de expressões culturais das matrizes não-hegemônicas, a salvaguarda do PCI está relacionada à ampliação dos canais de comunicação entre esses grupos e o Estado brasileiro e à inserção de negros e indígenas, por exemplo, em instâncias de decisão por meio da valorização de suas expressões culturais.

Assim, a salvaguarda do PCI afrodescendente é realizada no âmbito das políticas federais de patrimônio imaterial conduzidas pelo DPI, já que o reconhecimento dos afro-brasileiros, como um os principais portadores de PCI no Brasil é elemento que está na origem das discussões sobre o patrimônio representativo da diversidade cultural da nação.

⁸ São entidades reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministério da Cultura que desenvolvem ações de impacto sociocultural em suas comunidades. Somam, em abril de 2010, 2,5 mil em 1122 cidades brasileiras, atuando em redes sociais, estéticas e políticas. Informação disponível em <http://www.cultura.gov.br>.

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS COM A SALVAGUARDA DO PCI AFRODESCENDENTE

1. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan

O Iphan, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, através de seu Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI – é a instituição responsável pelo trato do patrimônio Imaterial no Brasil. Atuando em parceria com órgãos públicos e entidades privadas, o departamento tem como objetivo proteger e salvaguardar o patrimônio cultural brasileiro com base em ações de documentação, reconhecimento e apoio e fomento.

O DPI é a estrutura governamental voltada especificamente para a salvaguarda do patrimônio imaterial. Criado em 2004, substituiu o antigo Departamento de Identificação e Documentação. Agregando as experiências anteriores, o DPI coordena e conduz a salvaguarda de bens culturais imateriais. Está organizado em duas coordenações gerais: Coordenação Geral de Identificação e Registro, que agrega a Coordenação de Identificação e a Coordenação de Registro; e a Coordenação Geral de Salvaguarda, que agrega a Coordenação de Apoio à Sustentabilidade. A organização do departamento sugere uma interdependência entre as diferentes etapas da salvaguarda, e cada uma das coordenações e suas respectivas subdivisões se articulam a um instrumento específico de atuação junto ao PCI.

Na Coordenação de Identificação são realizadas ações com base, principalmente nos instrumentos de conhecimento: Inventário Nacional de Referências Cultural – INRC – e Inventário Nacional de Diversidade Linguística – INDL. Nessa instância são produzidos os inventários, mapeamentos documentais e demais dados sobre os bens culturais, além de outras atividades ligadas à produção documental sobre o patrimônio imaterial. A Coordenação de Registro se articula, fundamentalmente, ao instrumento de reconhecimento do PCI. Atua nas diferentes etapas da instrução dos processos de registro, por meio da elaboração de pareceres técnicos e avaliação dos pedidos, produzindo informações para subsidiar o trabalho do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Finalmente, a Coordenação Geral de Salvaguarda, por meio da coordenação de Apoio à Sustentabilidade, atua com base nos instrumentos de apoio e fomento. A partir dos conhecimentos produzidos pelas outras coordenações e, em diálogo com as mesmas, atua na formulação de estratégias de apoio e fomento às comunidades detentoras, contribuindo para a melhoria das condições de produção e reprodução dos bens culturais imateriais registrados. Entre as ações desenvolvidas por essa coordenação

estão os Planos de Salvaguarda, editais de apoio e/ou premiação, além de elaboração de estratégias de avaliação e monitoramento dos planos e ações de salvaguarda.

O Iphan conta, ainda com o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP, que em seu histórico é a única instituição que desenvolve e executa programas e projetos de estudo, pesquisa, documentação, difusão e fomento de expressões dos saberes e fazeres do povo brasileiro⁹.

Incorporado à estrutura do DPI desde 2003, “sua história liga-se à recomendação da Unesco de favorecimento e necessidade de proteção das manifestações folclóricas” (CASTRO, 2008, p. 26) e à criação da Comissão Nacional de Folclore em 1947.

Historicamente, o CNFCP está relacionado à valorização das culturas populares, especialmente da arte e do artesanato popular. A produção e o tratamento de um amplo acervo sobre os saberes e fazeres das comunidades artesanais é a característica mais marcante da instituição. No Centro funcionam a Biblioteca Amadeu Amaral, com um acervo de 130 mil documentos bibliográficos e aproximadamente 70 mil documentos audiovisuais; o Museu do Folclore Edison Carneiro, composto por um acervo museológico de 14 mil peças; a Galeria Mestre Vitalino e a Sala do Artista Popular, que abrigam, exposições temporárias e exposições de obras de arte e artesanato popular que resultam dos projetos de pesquisa realizados pela instituição.

Cabe ressaltar, ainda, o Tesouro do Folclore e da Cultura Popular Brasileira, sistema informatizado que organiza as terminologias utilizadas no universo da cultura popular, definindo conceitos e estabelecendo articulações entre elas. Implantado pelo CNFCP, inicialmente com patrocínio da Unesco e mais tarde com apoio da Caixa Econômica Federal¹⁰, o Tesouro tem como objetivo auxiliar trabalhos de pesquisadores por meio da recuperação e tratamento de informações.

As atividades realizadas pelo Centro são voltadas principalmente para a valorização das culturas populares e para o apoio a comunidades artesanais. Contribui, ainda, para a difusão e produção de conhecimentos sobre o patrimônio imaterial por meio da seleção de projetos e trabalhos de pesquisa, editais, concursos e prêmios. Entre as ações de pesquisa destacam-se o Paca (Programa de Apoio a Comunidades Artesanais), Concurso Silvio Romero e o Prêmio Manuel Diegues Jr. Além disso, cabe ressaltar iniciativas como o Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural – Promoart

⁹ Dados disponíveis em <http://www.cnfcp.gov.br>

¹⁰ Banco público federal.

– e o Edital de Apoio a Documentários Etnográficos sobre Patrimônio Cultural Imaterial – Etnodoc.

A atuação do Centro na salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial é realizada em parceria com DPI ao qual está vinculado. Destaca-se a assessoria ao inventário das formas de expressão do Samba Carioca¹¹, realizado pelo Centro Cultural Cartola; apoio ao inventário da Capoeira¹², realizado pelo Laboratório de Pesquisas em Cultura, Etnicidade e Desenvolvimento do Museu Nacional; e ações de salvaguarda para o Ofício das Baianas de Acarajé e para o Jongo no Sudeste.

O CNFCP tem atuação significativa no apoio a projetos de pesquisa. Um exemplo é o projeto “Rotas da Alforria: Trajetórias da População Afrodescendente em Cachoeira, no Estado da Bahia”. Coordenado pela Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação do Iphan – Copedoc – foi desenvolvido em parceria com o DPI e o CNFCP. O projeto tinha por objetivo conhecer o território de Cachoeira, núcleo urbano articulador de outros territórios e lugar de práticas culturais como celebrações, festas, procissões, ofícios e saberes que guardam significados específicos para os afrodescendentes da região.

Entre 2006 e 2010 várias estratégias contemplaram elementos do PCI afrodescendente. A instituição segue acompanhando as ações executadas no âmbito da salvaguarda de bens como o Jongo na região sudeste e o Ofício das baianas de acarajé, além de acompanhar a realização de inventários e processos de registro, como o do Complexo Cultural do Bumba-meu-boi no Maranhão. As iniciativas que incluem a salvaguarda de expressões do PCI afrodescendente aparecem diluídas em vários projetos e programas desenvolvidos ao longo do tempo e estão em contínua articulação com o DPI.

1.1 Estratégias Aplicadas

O principal objetivo da política federal de salvaguarda do patrimônio imaterial é dar visibilidade à diversidade cultural brasileira, valorizando e reconhecendo como patrimônio as expressões culturais que estão enraizadas no cotidiano dos diversos grupos

¹¹ As Matrizes do Samba Carioca – Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-enredo – foram registradas como bem cultural de natureza imaterial em 2007, inscrito no livro das formas de expressão.

¹² Duas expressões da Capoeira foram registradas como bens culturais de natureza imaterial em 2008: o Ofício dos Mestres de Capoeira, no livro dos saberes e a Roda de Capoeira, no livro das formas de expressão.

que formam a Nação. Entre os princípios que integram a política estão sinalizados aspectos como a importância da participação dos agentes vinculados aos bens culturais e a necessidade de articulação da salvaguarda com as áreas de educação, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Para além do reconhecimento do bem cultural em si mesmo, as ações de salvaguarda são fundamentadas na valorização das comunidades que mantêm suas manifestações culturais e, que a partir delas, expressam suas identidades sociais. Os produtores e portadores de bens culturais imateriais é que promovem a transmissão dos ofícios e saberes; que elaboram e reelaboram os significados simbólicos das celebrações e formas de expressão; e que constroem referenciais de origem ou pertencimento relacionados aos lugares e territorialidades. Nesse sentido, o reconhecimento dos bens culturais de natureza imaterial se articula profundamente ao processo de valorização das comunidades que os produzem, contribuindo para a ampliação da visibilidade sobre grupos inseridos no âmbito das culturas populares, como os afro-brasileiros.

Com isso, a política de salvaguarda do PCI afrodescendente não é feita de forma isolada e específica. Os bens imateriais afro-brasileiros são contemplados pelas ações realizadas no âmbito da política federal de salvaguarda, já que a valorização dessa matriz cultural, historicamente subalternizada, é um dos elementos que caracterizam a noção de PCI no Brasil. Não significa, portanto, que as estratégias e instrumentos descritos, no caso do DPI, sejam voltados especificamente para a salvaguarda do PCI afro-brasileiro. Tais ferramentas possuem maior abrangência e incidem sobre todos os bens culturais de natureza imaterial que formam o patrimônio nacional.

De modo amplo, os bens culturais são alvo de ações de apoio à produção de conhecimento, ao reconhecimento, ao apoio à sustentabilidade e difusão, além do incentivo ao artesanato. Segue, desse modo, a descrição dos instrumentos utilizados na execução da política federal de salvaguarda, pelo DPI, seguidas das ações realizadas no âmbito do departamento com apoio e parceria do CNFCP.

1.2. Instrumentos

1.2.1 Instrumentos de Conhecimento

Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC

O INRC é uma “metodologia de pesquisa adotada pelo Iphan, que tem como objetivo produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores, portanto, que constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo” (VIVEIROS, 2008, p. 21).

Esse instrumento de conhecimento possui níveis de complexidade diferenciados e está dividido a partir das etapas de levantamento preliminar, identificação e documentação. A metodologia tem como objetivo identificar bens culturais de natureza imaterial que possam compor o patrimônio cultural brasileiro. Com base nas categorias de edificações, formas de expressão, ofícios e modos de fazer, celebrações e lugares, o INRC produz uma documentação ampla e sistematizada sobre os bens culturais, subsidiando não só a instrução dos processos de Registro, como também a formulação dos Planos de Salvaguarda.

A participação das comunidades de detentores dos bens culturais é elemento fundamental na metodologia do INRC. A inserção dos agentes envolvidos com as dinâmicas associadas aos bens é essencial no processo de descrição dos valores e significados das expressões culturais, representando a efetivação de uma política pública realizada em contínuo diálogo com a sociedade civil. Inclusive, é recomendada a participação de membros das comunidades detentoras nas equipes de trabalho formadas para a realização da pesquisa.

Um dos procedimentos necessários para a execução do INRC é a parceria com empresas ou instituições de pesquisa que, a partir da formação de uma equipe multidisciplinar, iniciará o trabalho de campo. O Iphan acompanha e orienta o processo de inventário e, além disso, promove a capacitação das equipes técnicas mobilizadas para realização do trabalho.

Alguns inventários foram realizados em comunidades e territórios afrodescendentes em diversas regiões do Brasil, mas ainda há muito por ser feito em função da ampla dispersão da população negra pelo território nacional. Um exemplo disso

é a quantidade de comunidades quilombolas¹³ e a ausência de informações sistematizadas sobre a distribuição das mesmas no território.

Além disso, a inexatidão nas estimativas produzidas inviabiliza a realização de ações de reconhecimento dessas territorialidades como parte da história da ocupação do território brasileiro (ANJOS, 2004). Mas nesse contexto, é possível identificar algumas iniciativas que contribuem para o levantamento das referências das comunidades quilombolas, como os inventários e mapeamentos documentais. O DPI, além da SEPPIR e da FCP, possui em suas linhas de ação programas e projetos voltados para identificação e mapeamento dessas comunidades. O DPI, por meio da Coordenação de Identificação, trabalha no levantamento das referências culturais das comunidades com base na metodologia do INRC (ver Anexo I).

Inventário Nacional de Diversidade Linguística - INDL

O INDL é resultado de uma demanda crescente de diferentes grupos que integram a sociedade brasileira no que se refere ao reconhecimento de suas diferentes modalidades de expressão linguística. Com a realização de um seminário sobre a temática em 2006, foi instituído o Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística, formado por órgãos vinculados a diversas instituições governamentais¹⁴. O grupo de trabalho propôs a criação do INDL como instrumento de documentação e sistematização de conhecimentos sobre as línguas faladas por diferentes comunidades linguísticas brasileiras.

Além de um instrumento de identificação, o INDL também será utilizado como forma de reconhecimento. A proposta do decreto nº 7387 de 2010, prevê o reconhecimento das línguas como Referência Cultural do Brasil, fato que incentiva a formulação de políticas públicas de promoção e valorização. A metodologia já começou a ser testada em projetos-piloto, como por exemplo, o levantamento etnolinguístico de comunidades afro-brasileiras nos estados de Minas Gerais e Pará.

¹³ Mais de 1.500 comunidades espalhadas pelas diferentes regiões do país são certificadas pela Fundação Cultural Palmares. O certificado é uma formalização, perante o Estado brasileiro, da comunidade quilombola e o estabelecimento de uma assessoria à comunidade, seja por meio de apoio a projetos ou consultoria jurídica em casos de legalização da posse da terra. Mais informações: www.palmares.gov.br.

¹⁴ Ministérios da Cultura, da Educação, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia, do Orçamento e Gestão e da Justiça; Participaram ainda a Unesco, a Universidade de Brasília – UnB – e o Instituto de Desenvolvimento da Política Linguística – Ipol.

Assim como os outros instrumentos que operacionalizam a política federal de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial, o INDL pode contribuir para o mapeamento das línguas faladas pelas comunidades afro-brasileiras em várias regiões do país, além de promover a produção de conhecimento sobre as funções que exercem nessas comunidades, além de seus significados simbólicos e seus respectivos modos de transmissão.

1.2.2. Instrumentos de Reconhecimento

Registro

O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial é um instrumento de reconhecimento e valorização do PCI brasileiro. Instituído pelo decreto 3.551/2000, essa regulamentação também cria o PNPI – Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e estabelece o compromisso do Estado Brasileiro em garantir os meios de produção e reprodução das práticas culturais, bem como a documentação e difusão dos conhecimentos produzidos sobre as mesmas.

O Registro é extremamente importante no reconhecimento de bens culturais que, até então, eram desconsiderados como parte da cultura nacional. Surge como uma forma de valorização das diversas expressões populares, assegurando por meio de ações de apoio e fomento, as condições de produção e reprodução de tais manifestações. Essa perspectiva possibilita a valorização da contribuição de grupos como os afro-brasileiros para a formação da cultura brasileira.

Entre as principais características do processo de reconhecimento estão o caráter coletivo do pedido, a descentralização da instrução do processo de Registro e o caráter transitório da inscrição. São aspectos que indicam, respectivamente, a participação da sociedade civil em todo o processo de reconhecimento; a necessidade de socialização dos métodos e estratégias de salvaguarda, contribuindo para autonomia e capacitação dos agentes produtores dos bens; e, por último, a identificação das manifestações culturais como marcas de uma temporalidade específica, ressaltando a complexidade e a dinâmica que caracterizam os bens culturais de natureza imaterial.

O Decreto nº 3.551/2000 ressalta as diferentes dimensões do patrimônio imaterial a partir das categorias que definem os Livros de Registro:

- I) Saberes: Onde serão inscritos os conhecimentos e os modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.
- II) Celebrações: Onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.
- III) Formas de Expressão: Onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.
- IV) Lugares: Onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

Cabe ressaltar, como prevê o decreto, que a inscrição nos Livros de registro levará em consideração a continuidade histórica do bem e sua relevância para a memória, identidade e formação da sociedade brasileira. Desse modo, as propostas de registro são dirigidas ao presidente do Iphan, que por sua vez, encaminhará para deliberação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural¹⁵. Entre as atribuições do referido conselho estão formulação de normas para as candidaturas, a determinação de abertura de novos livros de registro e a revalidação da inscrição dos bens registrados, pelo menos a cada 10 anos.

Como forma de reconhecimento, o Registro pode contribuir para a continuidade do bem cultural, já que incentiva a produção de conhecimento e a realização de ações que colaborem para o desenvolvimento sustentável das comunidades e, por conseguinte, das condições de produção dos bens. Assim como nos processos de inventário, os portadores e produtores dos bens devem participar do processo de registro, manifestando, inclusive, sua concordância em todas as etapas do processo.

Dos 22 (vinte e dois) Registros realizados até 2010, sete são representativos do universo cultural afrodescendente. Além disso, dos 20 (vinte) bens em processo de Registro, pelo menos quatro são expressões da cultura afro-brasileira (ver Anexo II).

¹⁵ Criado em 2005, é formado por especialistas de notório saber indicados pelo presidente do Iphan.

1.2.3 Instrumentos de Apoio, Fomento e Difusão

Planos e Ações de Salvaguarda

O Plano de Salvaguarda é um conjunto de ações que objetivam a melhoria das condições “socioambientais de produção, reprodução e transmissão dos bens culturais imateriais registrados” (IPHAN, 2010). As iniciativas e estratégias de salvaguarda são pensadas a partir das especificidades de cada bem cultural e com base no conhecimento produzido nas fases de Inventário e Registro.

Além disso, os planos e ações devem ser definidos em função da organização característica das comunidades envolvidas e a partir da mobilização das mesmas, numa perspectiva de construção coletiva – em parcerias – e participativa da política de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial. As recomendações de salvaguarda, apontadas durante o processo de registro do bem, são os elementos que norteiam a formulação dos planos e ações a serem desenvolvidas em cada caso. Segue a descrição das ações que, em geral, devem compor um Plano de Salvaguarda¹⁶:

- I) Apoio à transmissão dos saberes e habilidades relacionados ao bem cultural;
- II) Promoção e divulgação do bem cultural.
- III) Valorização de mestres e executantes.
- IV) Melhoria das condições de produção, reprodução e circulação;
- V) Organização dos detentores e de atividades comunitárias.

Além da indicação desses eixos de ação, o DPI elaborou um Termo de Referência para elaboração dos Planos de Salvaguarda e mais recentemente, um método de avaliação e monitoramento das ações realizadas no âmbito dos planos já implantados. O objetivo é que, a médio e longo prazo, as próprias comunidades encaminhem de forma autônoma a salvaguarda de seus bens culturais.

Mesmo antes da implantação dos Planos de Salvaguarda alguns bens culturais, em função de suas demandas mais urgentes, são objeto de intervenções imediatas, principalmente em casos de risco de desaparecimento. As ações de salvaguarda emergenciais podem ser realizadas ainda na fase de inventário do bem cultural como

¹⁶ A descrição apresentada no volume Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os bois: Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do PCI no Brasil, Brasília: Iphan, 2010.

meio de fortalecimento das comunidades detentoras e do processo de reconhecimento do referido bem. Ressaltando que documentar e mapear os bens culturais constitui uma forma de salvaguarda, o que define o início das ações de fortalecimento do bem cultural já a partir dos instrumentos de conhecimento. No universo de bens imateriais afro-brasileiros já registrados, o Jongo do Sudeste e o Samba de Roda do Recôncavo já possuem plano de salvaguarda implementado.

1.3 Editais Públicos

Programa Nacional de Patrimônio Imaterial - PNPI

O PNPI, desde 2005, realiza as seguintes ações para desenvolvimento da política de patrimônio imaterial: inventários, mapeamentos, Registro em livros específicos, ações e planos de salvaguarda e, por último, editais públicos de apoio e fomento. Uma das ações mais importantes no âmbito do apoio e fomento é o edital anual do PNPI. Promove a seleção de projetos de acordo com eixos temáticos visando promover e apoiar a produção documental sobre o patrimônio imaterial, as condições de continuidade das expressões e práticas culturais, além de promover o tratamento e a disponibilização de acervos bibliográficos, audiovisuais dentre outros.

Vários projetos, dos 44 (quarenta e quatro) que foram aprovados pelos editais entre 2005 e 2010, estão relacionados ao PCI afro-brasileiro. Identificação e mapeamento de comunidades quilombolas e comunidades-terreiro, de sítios históricos, além de levantamentos amplos sobre o patrimônio Imaterial foram realizados em alguns estados¹⁷ no âmbito do PNPI. Os resultados apresentam informações que comprovam a abrangência territorial de bens culturais imateriais afro-brasileiros. Diversas expressões culturais foram mapeadas a partir de dados provenientes de inventários de varredura, isto é, que por contemplarem extensa faixa territorial fornecem uma visão ampla e pensada a partir das referências culturais de cada região contemplada. O aprofundamento das análises no com foco no PCI afro-brasileiro pode detalhar melhor a quantidade de bens culturais imateriais identificados nas diversas regiões do país e fornecer um retrato mais completo das estratégias de salvaguarda.

¹⁷ Estados como Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás.

Entre as iniciativas apoiadas pelo edital, existem alguns exemplos de projetos voltados para o PCI afrodescendente:

- Mapeamento da Festa da Caçada da Rainha e Outras Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros em Goiás.
- Bem-te-vi: Oficinas Artístico-culturais, Audiovisuais, de Cidadania e Geração de Renda em Torno da Memória do Jongo de Tamandaré em São Paulo.
- Saberes e Práticas Músico-rituais do “Ensaio de Promessa do Quicumbi” Entre Quilombolas do Rio Grande do Sul.
- Cartografia Social dos Afro-religiosos em Belém do Pará: História e Georreferenciamento das Casas de Religiões Afro-brasileiras.
- Memória e História da Casa de Oxumarê: Tradição Ancestral e Saber Preservado.

Prêmio Viva Meu Mestre

O Prêmio Viva Meu Mestre, como ação vinculada ao Programa de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira – Pró-Capoeira – tem por objetivo promover o reconhecimento e o fortalecimento da tradição cultural da Capoeira por meio da premiação de mestres e mestras com idade superior a 55 anos, cuja trajetória de vida tenha contribuído para a transmissão e continuidade da Capoeira.

O Edital foi realizado por meio de parceria entre Iphan, Fundação Cultural Palmares e as secretarias executivas de Identidade e Diversidade Cultural e de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. O prêmio visa conceder 100 prêmios no valor de R\$ 15.000 (quinze mil reais), como forma de reconhecimento do notório trabalho dos mestres e mestras na transmissão dos saberes da Capoeira.

Edital de apoio a Documentários Etnográficos sobre Patrimônio Cultural Imaterial - Etnodoc

Resultado do projeto “Sensibilização e Orientação para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”, o Etnodoc foi criado a partir do grupo de trabalho composto por especialistas do CNFCP e do DPI. Coube à Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro a gestão do projeto, patrocinado pela Petrobrás.¹⁸

Destina-se ao apoio de 15 projetos inéditos de documentários etnográficos voltados para exibição em redes públicas de TV. O objetivo é contribuir com a ampliação das ações voltadas para a valorização e promoção do PCI e oferecer estímulos que colaborem para a melhoria das condições de transmissão, produção e reprodução dos bens culturais que compõem esse universo. O edital Etnodoc é elaborado pelo CNFCP em parceria com DPI e representa uma iniciativa que amplia para o campo do audiovisual as ações de registro, salvaguarda e difusão do patrimônio imaterial. As duas edições do Etnodoc, realizadas em 2007 e 2009, selecionaram um total de 30 (trinta) projetos e, nesse conjunto, oito estão relacionados ao universo cultural imaterial afrodescendente. São eles:

- Caboclos da Liberdade – Hermano Penna.

¹⁸Fonte: <http://www.etnodoc.org.br>

- São Luis Dorme ao Som dos Tambores – Sérgio Sanz.
- Eu tenho a Palavra – Lília Sola Santiago.
- João da Mata Falado – Ana Stela e Heridan Guedes.
- Dona Joventina – Clarice Kubrusly.
- Baile do Carmo – Daniel Eiji Hanai.
- Curandeiros do Jarê – Camila Dutervil, Fernanda Sindlinger, Marcelo Abreu Góis e Uirá Meneses.
- Artes e Manhas de Exu – Eliana Coster.

Concurso *Sílvio Romero*

O concurso de monografias *Sílvio Romero*, realizado pelo CNFCP, tem como objetivo estimular o conhecimento científico sobre temáticas do folclore e da cultura popular. Criado em 1959, concede prêmios em dinheiro para os dois primeiros colocados e até três menções honrosas. Entre as monografias destacadas – premiadas ou menções honrosas – entre 2003 e 2010, foram identificadas pesquisas que dialogam com o PCI afrodescendente:

- Rituais do Candomblé: Uma Inspiração Para o Trabalho Criativo do Ator – Luciana Saul.
- Moçambiques, Quicumbis e Ensaio de Promessa: Um Estudo Etnomusicológico Entre Quilombolas do Sul do Brasil – Luciana Pras.
- O Sopapo e o Cabobu: Etnografia de Uma Tradição Percussiva no Extremo Sul do Brasil – Mario de Souza Meira.
- Modernidade Religiosa Entre os Tamboreiros de Nação: Concepções e Práticas Musicais em uma Tradição Percussiva no Extremo Sul do Brasil – Reginaldo Gil Braga.
- De Capadócios das Ruas a Agentes Culturais: Um Ensaio de História Social Sobre os Capoeiras na Bahia – Josivaldo Pires de Oliveira.
- Jongueiros de Tamandaré: Devoção, Memória e Identidade Social no Ritual do Jongo em Guaratinguetá/SP – Wilson Rogério Penteado Jr.
- Os Negros do Rosário: Memórias, Identidades e Tradições no Congado de Oliveira (1950 – 2009) – Fernanda Pires Rubião.

- O Sexto Sentido do Pesquisador: A experiência Etnográfica de Edison Carneiro – Ana Carolina Carvalho de Almeida Nascimento.

Prêmio Manuel Diegues Jr.

O prêmio Manuel Diegues Jr é voltado para documentários sobre cultura popular e foi criado no âmbito da Mostra Internacional do Filme Etnográfico em 1997. O Prêmio, oferecido pelo CNFCP, tem o objetivo de promover a produção vídeo-filmográfica sobre cultura popular premiando as produções em três categorias: Importância do tema para a área, roteiro e pesquisa e, por último, concepção e realização. Entre 2007 e 2009, destacam-se alguns vídeos premiados que retratam práticas culturais que integram o universo cultural imaterial afrodescendente:

- O Côco, a roda, o pneu e o farol. De Mariana Brennand Fortes.
- Os Caminhos Invisíveis do Negro em Porto Alegre: A Tradição do Bará do Mercado – Ana Luiza Carvalho.
- Côco que Roda – Osman Assis.
- Jongo, Calangos e Folias: Música Negra, Memória e Poesia – Hebe Mattos e Martha Abreu.
- Negros – Mônica Simões.
- Os Olhos D'Água de Nossa Senhora do Rosário – Pedro de Castro Guimarães.

1.4 Publicações

Coleção Dossiê Iphan

A Coleção Dossiê Iphan tem por objetivo a difusão dos conhecimentos produzidos sobre os bens culturais registrados. Editados e distribuídos pelo DPI, os volumes são disponibilizados, gratuitamente, para entidades públicas e privadas, escolas e bibliotecas. Dos 7 bens culturais imateriais afrodescendentes já registrados, pelo menos, 3 dossiês já foram concluídos¹⁹. Outras publicações são realizadas no âmbito dos

¹⁹ Ofício das Baianas de Acarajé, Jongo no Sudeste, Samba de Roda no Recôncavo.

inventários e os resultados das premiações além de serem amplamente divulgados e podem ser alvo de publicação.

1.5 Outras ações e projetos relacionados ao PCI afrodescendente e/ou aos detentores

Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural - Promoart

O Promoart, estruturado a partir de Foi viabilizado por meio de convênio firmado entre o Ministério e a Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro – Acamufec, com a interveniência do CNFCP e o apoio financeiro não reembolsável do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, inserido no Programa mais cultura, tem como objetivo apoiar os produtores de artesanato de tradição cultural no Brasil, ressaltando sua importância para a cultura local e o valor identitário que assume para os diferentes grupos sociais. Realizado pela associação Amigos do Museu Edison Carneiro, o programa tem seus eixos fundamentados nas perspectivas teóricas e metodológicas do CNFCP e DPI. Dos 65 (sessenta e cinco) polos distribuídos por todas as regiões do país, alguns foram instalados em comunidades artesãs negras ou em territórios quilombolas.

As estratégias do programa são definidas por meio de plano de trabalho específico e são executadas pelo CNFCP. De modo geral, as ações se voltam para a produção, comercialização e divulgação, ressaltando a valorização cultural e a sustentabilidade econômica e social do artesanato. Segue descrição de alguns polos desenvolvidos em comunidades afrodescendentes:

- **Polo 11 - Cerâmica de Muquém:** Peças utilitárias e figurativas produzidas no Quilombo de Muquém, localizado no município de União dos Palmares em Alagoas. Apesar das dificuldades os artesãos continuam produzindo as peças por meio da tradição herdada de seus ancestrais.
- **Polo 14 - Cerâmica de Barra:** Esse Polo de artesanato está localizado na região do Rio São Francisco, no estado da Bahia. Os artesãos produzem peças como tigelas, moringas, potes e imagens de santos.
- **Polo 17 - Cerâmica de Maragogipinho:** As peças produzidas nessa região remontam a práticas artesanais desenvolvidas há dois séculos pelos mestres

oleiros e a decoração com motivos florais caracteriza o trabalho feminino nessa atividade tradicional do recôncavo. Produzem potes,oringas e objetos decorativos.

- **Polo 18 - Cerâmica de Irará:** A cerâmica de Irará, no estado da Bahia, possui formas arredondadas e generosas. As ceramistas produzem objetos como potes, frigideiras, fogareiros e panelas a partir da argila. Os objetos utilitários atendem as necessidades da comunidade local.
- **Polo 19 - Tecelagem, Bordado Richelieu e Fio de Contas:** Movimento de retomada da produção artesanal de panos da costa na cidade de Salvador, Bahia. Por meio de parceria entre várias instituições, em 2002 e 2003 com apoio da Petrobrás, foram realizados seminários e oficinas e a instalação da Casa do Alaká, espaço destinado à produção artesanal de panos da costa. A confecção de panos da costa, bordados e fio de contas com ênfase no repasse de saberes se fundamentou na necessidade de promoção das comunidades de matrizes africanas.
- **Polo 51 - Mobiliário de Palha de Milho, Couro e Instrumentos Musicais da Chapada Norte de Minas Gerais:** Na região do vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, artesãos transformam couro de boi e palhas de milho em objetos como bolsas, cestos, além de instrumentos musicais como pandeiros e tambores. A maioria dos artesãos está na comunidade de Gravatá, recentemente certificada pela Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola.

Base de Dados de Bens Registrados - BCR e Sistema Informatizado do Inventário Nacional de Referência Cultural - S-INRC

Como forma de armazenar os conhecimentos relacionados ao Registro dos bens culturais, além da documentação produzida e coletada em meio a outras ações de salvaguarda, foi lançado em 2010 o Sistema de Base de Dados de Bens Registrados - BCR .A base tem como objetivo disponibilizar para o grande público informações e documentos relevantes que integram os processos de registro dos bens culturais de natureza imaterial. Dados como data de inscrição nos livros de registro, localização geográfica e recomendações de salvaguarda são algumas das informações disponibilizadas. Está em andamento a construção do Sistema Informatizado do INRC,

como forma de divulgação e armazenamento de dados obtidos nas fases de documentação e inventário dos bens culturais.

2. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SPPIR

Criada pelo governo federal em 21 de março de 2003, no Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, a SEPPIR tem como missão estabelecer iniciativas de combate às desigualdades raciais no Brasil. O órgão tem como referência política o Programa Brasil sem Racismo, projeto voltado para a implementação de políticas públicas em áreas como trabalho, emprego, saúde, educação e cultura. Nesse âmbito, apoia e coordena estratégias de promoção da igualdade racial nos ministérios e outros órgãos do governo.

O eixo norteador das ações da SEPPIR é a promoção da igualdade racial e combate à discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra²⁰. Além disso, destacam-se as ações junto ao Ministério das Relações Exteriores no sentido de aprofundar as relações entre o Brasil e as nações do continente africano.

O espaço de atuação da SEPPIR é amplo e agrega ações que se desenvolvem em diferentes instâncias da estrutura governamental. Nesse aspecto, ainda que não exista uma linha de ação voltada especificamente para o patrimônio imaterial, as iniciativas e estratégias adotadas pela instituição incluem ações que, indiretamente, estão atingem o PCI afrodescendente.

Os objetivos da instituição podem ser sistematizados da seguinte forma:

- Promover a igualdade e proteção dos direitos dos indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra.
- Acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgãos do governo brasileiro para a promoção da igualdade racial.
- Articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais.

²⁰

Dados disponíveis em www.seppir.gov.br.

- Promover e acompanhar o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinados pelo Brasil, que digam respeito à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica.
- Auxiliar o ministério das relações exteriores nas políticas internacionais, no que se refere à aproximação de nações do continente africano.

2.1 Estratégias Aplicadas²¹

A SEPPIR não é uma instituição voltada para preservação do patrimônio cultural. Como já indicado, atua na formulação de políticas amplas de combate a desigualdade racial no Brasil em articulação com outros órgãos. Por isso, ainda que não atue especificamente na área do PCI afro-brasileiro, suas ações atingem a população negra em variados aspectos. As estratégias que incidem sobre o PCI afrodescendente estão relacionadas ao fomento à edição, publicação e distribuição de material bibliográfico e audiovisual sobre a igualdade racial e à pesquisa sobre referências da cultura negra no país. Nesse eixo destacam-se os projetos “A Cor da Cultura” e Dia Nacional do Samba – Patrimônio da Humanidade.

2.1.1 Projeto “A Cor da Cultura”

Projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira realizado em parceria com Ministério da Educação – MEC –, Fundação Cultural Palmares, Canal Futura²², Petrobrás e Centro de Informação e Documentação do Artista Negro – CIDAN. Teve início em 2004 e a principal meta é a formação de multiplicadores nas redes de ensino, de modo a capacitar educadores e agentes sociais para o ensino de temáticas e dinâmicas que envolvem os afro-brasileiros.

O projeto realiza essas ações com base nas diretrizes da Lei Federal nº 10.639/03 e é composto por quatro programas que, além de apresentarem referências históricas, descrevem práticas culturais relacionadas aos saberes, formas de expressão e

²¹ Todos os dados foram extraídos dos relatórios anuais de gestão da instituição de 2009 e 2010. Estão disponíveis no domínio www.seppir.gov.br.

²² O Canal Futura é uma proposta de TV educativa da iniciativa privada, mas de interesse público. Como resultado de um projeto de comunicação democrático, trabalha em articulação com as redes sociais, mobilizando comunidades e instituições sociais, veiculando na TV programas educativos voltados para o fortalecimento da cidadania e para a valorização do conhecimento.

religiosidade das populações afrodescendentes. Apenas dois possuem relação com elementos do patrimônio imaterial afrodescendente: Mojubá e Livros Animados.

Programa Mojubá

Programa que compõe o projeto A Cor da Cultura, Mojubá traz vídeos que tratam de temáticas vinculadas ao patrimônio cultural afrodescendente. Os filmes retratam expressões culturais populares criadas a partir da herança africana e, que atualmente, constituem a identidade nacional brasileira. Descrevendo a importância de ritos, festas e tradições, as temáticas tratam ainda de aspectos como a culinária e a religiosidade. Na sequência há a listagem dos vídeos da série que dialogam com PCI afrodescendente:

- Origens
- Fé
- Meio Ambiente e Saúde
- Influências
- Literatura e Oralidade
- Quilombos
- Comunidades e Festas
- Beleza
- Ciência e Tecnologia
- Tradição Oral
- Famílias

Praticamente todos os vídeos estão relacionados elementos culturais articulados ao PCI afrodescendente. O vídeo “Origens”, por exemplo, apresenta uma narrativa baseada na mitologia africana para explicar especificidade das manifestações culturais afro-brasileiras. Os vídeos produzidos são distribuídos em instituições de educação, ONGs (Organizações não-governamentais) em todo o Brasil. Além disso, os episódios são veiculados pelo Canal Futura, um dos parceiros do projeto.

Programa Livros Animados

Pretende incentivar a leitura e difundir entre crianças e educadores de todo o país lendas e contos africanos e afro-brasileiros, bem como a produção dos principais autores e ilustradores nacionais, por meio de animação da história original e ilustrações dos livros produzidos recentemente. Algumas das temáticas exploradas pelos livros e apresentadas nos programas compõem o conjunto de práticas culturais inseridas no PCI afrodescendente. Essa é a lista de livros que dialogam com PCI afrodescendente:

- Capoeira, Maracatu e Jongo (três livros que compõem a coleção Lembranças Africanas) – Sônia Rosa.
- Reizinho do Congo – Edmilson de Almeida.
- Contos Africanos e Histórias se Espalham pelo Mundo – Rogério Andrade Barbosa.
- Ifá, o Adivinho – Reginaldo Prandi.
- A Botija de Ouro e o Presente de Ossanha – Joel Rufino dos Santos.
- Bruna e a Galinha d'Angola – Gercilga de Almeida.
- Berimbau – Raquel Coelho.

Essas ações, de forma ampla, contribuem para difusão e promoção da cultura imaterial afrodescendente nos meios de comunicação e em instituições de educação formal e não-formal no país. Os programas exploram essa temática de forma articulada aos processos históricos que caracterizam a trajetória da população afrodescendente no Brasil²³.

2.1.2 Projeto Dia Nacional do Samba - Patrimônio da Humanidade

O projeto de valorização do samba como Patrimônio Cultural Nacional foi lançado em 2004 e é resultado da parceria entre SEPPIR, Iphan e Centro Cultural Cartola²⁴. O

²³ Informações mais detalhadas podem ser obtidas no domínio www.acordacultura.org.br

²⁴ O Centro Cultural Cartola é uma organização sem fins lucrativos que trabalha no desenvolvimento social e cultural da comunidade onde se insere, atuando na preservação da memória e das tradições culturais brasileiras. Fundada com base na obra do sambista Agenor Miranda, conhecido como Cartola.

objetivo do projeto é ampliar o conhecimento sobre o Samba por meio de ampla pesquisa documental.

A primeira etapa do projeto realizará um trabalho de campo, colhendo relatos e histórias sobre o Samba, seus representantes e suas diferentes manifestações. O material recolhido e produto das pesquisas serão utilizados na confecção de material didático para escolas (vídeos, CDs e exposições) contribuindo para difusão do conhecimento sobre essa expressão cultural imaterial afrodescendente.

Além disso, a SEPPIR incentiva projetos e pesquisas que visem a salvaguarda do Samba enquanto um bem cultural que integra o PCI brasileiro.

2.2 Outras ações e projetos relacionados ao PCI afrodescendente e/ou aos detentores.

Programa Brasil Quilombola

Os quilombos são fundamentais na história do negro no Brasil e na América Latina. Os quilombos eram comunidades organizadas por africanos escravizados fugidos como forma de resistência e oposição ao sistema escravista, existiram em todos os territórios onde houve escravidão²⁵.

Após uma série de contingências que modificaram seus significados, o termo quilombo refere-se, a partir de uma perspectiva histórica e antropológica, a comunidades afro-brasileiras que se auto-identificam como “quilombolas” e ocupam territórios habitados desde tempos remotos pelos seus ancestrais. As comunidades quilombolas preservam modos de viver e hábitos culturais próprios e articulados à memória ancestral africana e estão espalhadas pelo território nacional. É a Fundação Cultural Palmares, por meio de seu Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro, que realiza a certificação das comunidades quilombolas e as auxilia regularização da posse da terra, junto aos outros órgãos responsáveis por essa dinâmica.

As políticas públicas voltadas para essas comunidades negras têm caráter recente e datam da promulgação da carta constitucional de 1988²⁶. Nesse período, com a atuação de políticos, intelectuais e, principalmente, dos movimentos sociais negros e

²⁵ Formados em vários pontos das Américas, as comunidades de negros fugidos são chamadas de Quilombos, no Brasil; de Cumbes, na Venezuela; de Palenques, na Colômbia; e de Cimarronaje, no Caribe espanhol; Ver, Gomes, 2006b.

²⁶ Ver linha do tempo p 12

antirracistas, foram discutidas formas de identificar, mapear e fortalecer as comunidades remanescentes de quilombos por meio de políticas voltadas para posse da terra e para a melhoria das condições de acesso a bens como saúde, educação, emprego e renda.

O Programa Brasil Quilombola foi criado com o objetivo de coordenar ações do governo federal, envolvendo diversos órgãos do governo, no intuito de garantir melhores condições de vida aos grupos remanescentes de quilombos. Ainda que não seja uma ação específica para a salvaguarda do PCI dessas comunidades, ações de sustentabilidade, educação e valorização de expressões culturais podem ser articuladas com as discussões realizadas no campo do patrimônio imaterial e contribuir positivamente sobre as formas de produção e reprodução dos bens culturais de natureza imaterial.

À grosso modo, o Programa Brasil Quilombola é um conjunto de ações do Governo Federal direcionadas para comunidades remanescentes de quilombos. As metas e recursos do programa envolvem 23 ministérios e órgãos federais e possuem como objetivos principais a garantia de acesso à terra; ações de saúde e educação; a melhoria das condições de existência das famílias quilombolas por meio de programas sociais e a preservação e promoção das manifestações culturais quilombolas.

Diversidade Cultural

A SEPPIR realiza ações de combate à intolerância religiosa por meio do apoio à publicações e da realização de eventos voltados para conscientização e combate a todo tipo de preconceito que atente contra a liberdade religiosa, exemplo dessas ações foi a realização do “Seminário Nacional sobre a Proteção à Liberdade Religiosa”, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 30 de setembro e 01 de outubro de 2009.

Ações com Comunidades de Terreiros

Num âmbito próximo à questão da diversidade acima apontada, a SEPPIR desenvolve ações voltadas para as comunidades-terreiro²⁷, por meio de sua Secretaria de Políticas Para Comunidades Tradicionais. No ano de 2010, a SEPPIR realizou as seguintes ações relacionadas a essas comunidades:

²⁷ Comunidades-terreiro referem-se a comunidades formadas em terreiros de candomblé, que estabelecem relações de sociabilidade a partir de aspectos simbólicos relacionados às visões de mundo características da religiosidade afro-brasileira, além disso, preservam formas tradicionais de transmissão de saberes e conhecimentos.

- Mapeamento de Espaços de Religiões de Matriz Africana: A ação desenvolvida em parceria com Ministério do Desenvolvimento Social contemplou os estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Pará. Também apoiaram a realização do inventário dos locais de culto no Rio de Janeiro, Distrito Federal e entorno, executado pelo Iphan.. Na Bahia, em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade, foi realizado o inventário nos Territórios de Identidade do Baixo Sul e Recôncavo Baiano.
- Parceria com a Fundação Cultural Palmares e Iphan para solicitação do reconhecimento dos Clubes Sociais Negros como Patrimônio Imaterial.
- Apoio ao II Encontro Nacional de Clubes Sociais Negros, realizado nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 2010 na cidade de Sabará, em Minas Gerais.

3. Fundação Cultural Palmares – FCP

Criada em 1988, a FCP é considerada uma vitória dos movimentos sociais negros e antirracistas, na medida em que foi criada com intuito de atender as demandas da população negra. O principal objetivo da FCP é a preservação da cultura afro-brasileira de forma ampla, contribuindo para a preservação de sítios históricos, apoio e divulgação de manifestações afro-brasileiras e produzindo documentação e dados históricos sobre a trajetória histórica do negro no Brasil.

A instituição tem papel fundamental no processo de reconhecimento e regularização de comunidades quilombolas. Auxilia juridicamente as comunidades; produzindo dados e informações sobre os territórios quilombolas, sendo referência nos processos que envolvem os quilombos e as disputas territoriais que, geralmente, envolvem essas comunidades. Realiza, ainda, ações de promoção, divulgação, preservação e pesquisa sobre a cultura afro-brasileira, além de oferecer diversas oficinas de capacitação para várias comunidades negras do país, contribuindo para a ampliação do acesso dos afro-brasileiros a políticas de incentivo à cultura.

A FCP atua de forma importante junto às comunidades-terreiro por meio de ações de apoio e incentivo, promovendo oficinas de trocas de saberes, de confecção de objetos e artesanatos relacionados ao universo estético das religiões afro-brasileiras e promove eventos e seminários para discussão sobre intolerância religiosa e combate ao racismo.

Como a atuação da FCP é extremamente ampla, as ações da instituição não se voltam especificamente para os bens culturais de natureza imaterial. São executadas dentro da linha de ação do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro por meio de ações de apoio e incentivo a iniciativas que visem a divulgação, a pesquisa e a transmissão de saberes relacionados ao universo cultural afro-brasileiro. Dessa forma, serão apresentados apenas alguns exemplos de projetos ou programas que trabalharam temáticas relacionadas a expressões e manifestações relacionadas ao PCI afro-brasileiro.

3.1 Estratégias Aplicadas

Para ilustrar algumas das ações realizadas pela FCP que estiveram relacionadas ao PCI afrodescendente, foram selecionados alguns projetos, entre 2005 e 2010, que aparecem descritos nos relatórios anuais da instituição. Cabe ressaltar que a abrangência as ações da instituição define iniciativas que atingem de forma indireta os bens imateriais afro-brasileiros, um exemplo interessante seriam as estratégias que atingem as comunidades quilombolas e, por conseguinte, suas formas de expressão cultural.

- Projeto: Pesquisa e inventário do Samba Carioca - Participação da FCP na abertura da Exposição “Simplesmente Cartola” e celebração do Convênio entre IPHAN e FCP, para desenvolvimento do projeto de pesquisa e inventário do Samba Carioca, com foco nas velhas guardas das escolas de samba, concessão de diárias e passagens, RJ.
- Projeto: Viva às Rodas de Samba. Resguardando o patrimônio e a memória dos quilombos urbanos da zona sul carioca.
- Projeto: Samba - Uma Produção Cultural Negra Descrição: Registro das práticas simbólicas das comunidades de samba no Rio de Janeiro.
- Projeto: “Oficina Adereços dos Orixás”: Realizar oficina de bordados, destinada aos jovens e mulheres afro-descendentes, por meio da consolidação dos processos de capacitação, de produção e de comercialização de produtos necessários à liturgia das religiões afro-brasileiras.
- Projeto: Saber Fazer - Valor da Cultura Afro: Preservação dos saberes e fazeres dos bordados, da culinária e do artesanato das comunidades remanescentes de quilombos e de comunidades de terreiro localizadas nos estados de Goiás, Minas Gerais e Alagoas. O projeto também realiza o Encontro da irmandade 13 de maio,

preservando esta manifestação cultural que há mais de 200 anos vem sendo realizada na cidade de Goiânia.

- Projeto Festival Cara e Cultura Negra 2008, em Brasília, referência de comemorações do “Dia Nacional da Consciência Negra”, Foram realizadas exposições temáticas, onde foram apresentadas algumas das principais marcas da cultura afro-brasileira, por meio de mostras fotográficas, shows, oficinas, desfile de moda, mostra educativa e circuito gastronômico.
- Projeto Resgatando a Memória e o Patrimônio Imaterial de Matriz Africana de Belo Horizonte da Fundação Centro de Referência da Cultura Negra do Estado de Minas Gerais.
- Projeto Resgate dos orixás apresentado pela Sociedade Religiosa Ilê Oxum Axé Opô Afonja Oni Xango com o objetivo de ofertar informações sobre os Orixás e o significado de suas vestimentas, orientações para a confecção dessas roupas, bem como a importância desses Orixás para a cultura afro-brasileira.
- Projeto “orquestra de Berimbau” do Instituto Nzinga de Estudos da Capoeira Angola e de Tradições com o objetivo de resgate e preservação da música afro-brasileira.
- Mapeamento das casas de tradições culturais da religião afro-brasileira, sendo: umbanda, jurema, candomblé, caboclo, dentre outras denominações dos terreiros em Recife. Esse mapeamento garantirá a visibilidade dos terreiros/casas, os trabalhos desenvolvidos junto á comunidade local e também a implementação de políticas públicas, junto aos órgãos de governo.
- Preservação e Resgate e registro do Patrimônio Imaterial das Comunidades Quilombolas do Estado do Maranhão: resgate, a valorização, o reconhecimento da música, história e memória dos quilombos de 66 comunidades de 07 municípios do Estado do Maranhão, por meio do projeto “Quilombos Brasil: Música, História e Memória – Primeira Etapa.
- Fortalecimento e Divulgação da memória imaterial da Cultura das Comunidades Quilombolas: oficinas culturais que visem valorizar as manifestações tradicionais expressadas através da música, dança, produção de artesanato, culinária tradicional das comunidades remanescentes de quilombos e afrodescendentes de Patos de Minas/MG.

RESENHAS:**1- LINGUAGEM, EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS, VISÕES DE MUNDO E MANIFESTAÇÕES ORAIS (MITOS, CONTOS E LENDAS)**

Elementos como mitos, linguagem e visões de mundo são de difícil definição se comparados às categorias que orientam a identificação do patrimônio imaterial no Brasil. Muitas manifestações são constituídas por esses elementos, de forma isolada ou em conjunto, o que dificulta uma descrição específica dessas expressões culturais apartada de um contexto simbólico mais amplo. Esta resenha apresenta, portanto, dados mais genéricos relacionados aos estudos das línguas e das manifestações orais afro-brasileiras, ressaltando que estas expressões dialogam com praticamente todas as categorias de bens culturais imateriais definidas pelo Decreto nº 3.551/2000.

Os africanos escravizados trazidos para o Brasil tiveram papel fundamental na formação linguística do país. A linguagem popular e várias palavras utilizadas no cotidiano possuem características de línguas africanas que foram, por tempo limitado, faladas no Brasil. De acordo com Yeda Pessoa (2006) as línguas africanas com maior número de falantes no Brasil eram aquelas pertencentes ao tronco linguístico banto. Línguas como o quicongo, quimbundo e umbundo, serão fundamentais no processo de modificação da língua portuguesa e na consolidação de formas de falar muito específicas em solo brasileiro. O grande contingente populacional negro definiu uma profunda influência das línguas africanas em aspectos como semântica, pronúncia e vocabulário e diversas palavras africanas foram incorporadas à língua portuguesa (jiló, samba, fubá, mocotó, dentre uma infinidade de outras, são exemplos).

A partir do estabelecimento da escravidão, se desenvolveram falares afro-brasileiros que operacionalizaram a comunicação entre portugueses, brasileiros, indígenas e africanos escravizados. Com o aprofundamento da miscigenação entre as diferentes matrizes linguísticas, as línguas africanas foram sendo reduzidas a espaços restritos ou se preservaram na forma de línguas rituais, isto é, se mantiveram como instrumento de articulação com a esfera do sagrado. As línguas africanas utilizadas de forma ritualística funcionam como veículo de expressão de cânticos, saudações e nome dos iniciados (PETTER, 2010). O aprendizado da língua está ligado ao avanço do indivíduo dentro da religião, na medida em que isso implica na apropriação do instrumental oral e narrativo que compõem o universo religioso. A importância da

oralidade, marca de muitas civilizações africanas, se converte no Brasil em fator de coesão dos grupos e comunidades afro-brasileiras.

Cabe ressaltar a existência de comunidades negras rurais que conservaram uma modalidade específica de linguagem. A comunidade de Cafundó, localizada em São Paulo, e a de Tabatinga, no estado de Minas Gerais, destacam-se pelo uso de um vocabulário de origem africana e alguns pesquisadores²⁸ já se debruçaram sobre o estudo dessas línguas. Outras situações semelhantes foram identificadas nas localidades de Milho Verde, Capela Nova e Patrocínio, em Minas Gerais. Ainda assim, há uma carência de informações sobre as modalidades linguísticas utilizadas em comunidades negras espalhadas pelo país.

As informações sistematizadas sobre a permanência de modos de falar oriundos dos sistemas semânticos e sintáticos de matrizes africanas são reduzidas e/ou pouco difundidas. Um elemento importante que pode contribuir para modificação desse quadro é o Inventário Nacional de Diversidade Linguística, um instrumento que pode auxiliar no mapeamento das línguas afro-brasileiras. A metodologia está em teste e serve como ferramenta na realização projetos-piloto, como por exemplo, o Inventário Etnolinguístico de comunidades afro-brasileiras nos estados do Pará e Minas Gerais, realizado por meio de parceria entre Iphan e Universidade de São Paulo.

Muitos aspectos do universo cultural afrodescendente estão presentes em narrativas e contos populares. Lendas como A morte de Zumbi, Negrinho do Pastoreio e Chico Rei, retratam experiências vivenciadas no período escravista e possuem articulação com elementos simbólicos do universo cultural afrodescendente. Desde a descrição da saga de personagens negros, as narrativas passam por lendas sobre seres imaginários chegando até os mitos de origem das divindades afro-brasileiras. Esses aspectos foram introduzidos em contos populares e cantigas que, difundidas em várias regiões do Brasil, adquiriram ao longo do tempo marcas e significados específicos.

As expressões orais e tradições narrativas aparecem como forma de lembrar a África distante e são fundamentais na criação de histórias, canções e contos que ressaltam essa ancestralidade africana. Toadas de Congo, pontos de Jongo e corridos de Capoeira são formas cantadas de narrar contos e histórias que remontam a essa ancestralidade. Existem registros em todas as regiões do país de manifestações orais relacionados ao PCI afrodescendente e as narrativas aparecem como representações de

²⁸ VOGT e FRY, 1996; QUEIROZ, 1998 e PETTER, 2010.

dinâmicas históricas vivenciadas pelos afro-brasileiros²⁹. A tradição oral, modalidade específica de interagir com o mundo e com o conhecimento, é um aspecto que caracteriza as comunidades negras e que permite a transmissão continuada das histórias, mitos e lendas afro-brasileiras.

2- RITOS E FESTIVIDADES

O patrimônio cultural afro-brasileiro é formado por um conjunto de bens materiais e imateriais construídos a partir da relação com a memória ancestral africana. Os ritos e as festividades afro-brasileiras aparecem como formas de lembrar o continente negro e as expressões marcadas pelos ritmos e pela musicalidade africana fundamentam as celebrações, festas e as performances dispersas pelo território nacional. Esses bens culturais, em geral, podem inseridos tanto na categoria das Celebrações, quanto das Formas de Expressão, já que além de representarem a vivência coletiva em diversos campos da vida social, se realizam por meio de manifestações cênicas e lúdicas com diferentes significados.

As festividades afro-brasileiras estão relacionadas, historicamente, à necessidade de consolidação de laços de solidariedade entre os africanos escravizados e seus descendentes. Entre as populações rurais ou urbanas, variadas formas de expressão se consolidaram como modalidades importantes de transmissão de conhecimentos e valores, funcionando também como elemento de coesão das comunidades negras. Mesmo em situação de subalternidade, os afro-brasileiros criaram espaços de sociabilidade que contribuíram para a continuidade de seus costumes, canções, rituais e modos de fazer.

Uma das maiores festas populares do país, o carnaval, tem sua origem no início do século XX com o surgimento de escolas de samba formadas pelas populações negras da cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente considerada “baderna” de negros, a festividade foi crescendo em função da inserção de outros grupos sociais e foi elevada a marca fundamental da identidade brasileira. No caso de Pernambuco, os maracatus desfilam pelas cidades apresentando no cortejo personagens e elementos do universo cultural

²⁹ O Folclorista Luís da Câmara Cascudo (2001), em longa trajetória de pesquisa sobre as culturas populares, fornece informações importantes sobre algumas lendas e contos afro-brasileiros.

afro-brasileiro, como por exemplo, a calunga³⁰ e outros aspectos simbólicos ligados à religiosidade afro-brasileira.

Em regiões como Goiás, Minas Gerais e São Paulo as festividades em homenagem a São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e Santa Ifigênia remontam às irmandades afro-católicas que datam do século XVII. Destacam-se nesse contexto, as festas de coroação dos reis negros ou congadas, que trazem em seus cortejos uma realeza negra que desfila ao som de instrumentos e cânticos afro-brasileiros³¹. Um aspecto fundamental nessas dessas dinâmicas é a musicalidade. A musicalidade africana é elemento essencial na formação cultura brasileira, de forma ampla, e nas manifestações afro-brasileiras de forma específica. A rítmica expressiva dos tambores está presente em diversas expressões culturais e marcam de forma contundente a riqueza e a complexidade de diferentes expressões grupos e, além disso é por meio do som dos tambores que se viabiliza o diálogo com o sagrado nas diversas manifestações lúdicas ou rituais

Em linhas gerais, as festas afro-brasileiras se caracterizam pelas especificidades em aspectos como o gestual, a dança, geralmente em círculo, os movimentos do corpo, as canções e a poética relacionada a uma experiência compartilhada pelos afrodescendentes. Em cada região do país essas expressões possuem contornos próprios e denominam de formas diferenciadas suas práticas culturais e religiosas. Há uma articulação entre as esferas do sagrado e do profano, o que define uma visão de mundo que não considera as instâncias da vida sociocultural de forma isolada, mas em intenso diálogo.

As religiões de matriz africana, por exemplo, se formaram em diferentes regiões do país com diferentes ritos e denominações: candomblé na Bahia, Tambor de Mina no Maranhão e Pará; Batuque no Rio Grande do Sul³². Perseguidas até meados do século XX, a religiosidade afro-brasileira fundamenta uma série de ritos e festividades, além de tornar públicos alguns de seus rituais de devoção. Aqui também, a música produzida pelos instrumentos de percussão é elemento fundamental. Como uma forma de acessar o mundo do sagrado, os cânticos acompanhados pelos tambores sagrados (Rum, Rumpi e lê) marcam fortemente os cultos afro-brasileiros e definem a importância da musicalidade como aspecto fundamental nos ritos e tradições religiosas.

³⁰ A Calunga representa o axé dos antepassados nos grupos de maracatu e se relaciona a um possível culto realizado pelos povos ambundos, em Angola.

³¹ Ver Souza (2002).

³² Ver Prandi (1996).

Cabe ressaltar, ainda, que a musicalidade afro-brasileira transita e está presente em várias dimensões das expressões culturais e caracterizam boa parte dos bens culturais afro-brasileiros que já foram registrados. Essa complexidade marca as dinâmicas culturais afrodescendentes e dificultam a elaboração de um retrato mais aprofundado das festividades, que em casos como o do Bumba-meu-boi, convertem-se em verdadeiros complexos culturais.

3- TÉCNICAS E INSTRUMENTOS

Muitos africanos desembarcados no Brasil eram detentores de habilidades técnicas bem apuradas. Vinham para o trabalho no campo e nas vilas, mas realizavam também trabalhos domésticos. Mas para além do trabalho braçal, algumas atividades exigiam certa habilidade técnica e eram realizadas pelos “negros de ofício”, oficiais preparados que realizavam trabalhos como alfaiates, tecelões, escultores e pintores. Esses saberes e suas respectivas técnicas foram se preservando no decorrer do tempo em função de modalidades específicas de transmissão desses conhecimentos. No Brasil, em geral, as técnicas e os instrumentos integram a categoria dos Saberes. O Livro de Registro dos Saberes, já que agrega os variados modos de fazer que caracterizam as diversas comunidades no país, pode ser a categoria que mais se aproxima da ideia de técnicas e instrumentos.

Em importante levantamento sobre a contribuição artística e histórica do negro para o Brasil (ARAÚJO, 1988) pode-se observar dados que ilustram a influência de tendências estéticas e técnicas que foram consolidadas no Brasil a partir das habilidades trazida por africanos escravizados. Técnicas de escultura em madeira, manifestações plásticas apresentadas em objetos de barro, pedras e conchas possuem marcas da presença africana e refletem a dinâmica de técnicas artesanais que se mantiveram em uso por meio da transmissão dos saberes através das gerações. Um exemplo disso pode ser a cerâmica produzida artesanalmente em diversas comunidades quilombolas espalhadas pelas regiões do país³³ e a arte carranqueira produzida na região do médio São Francisco³⁴.

³³ Ver descrição da produção dos pólos de artesanato do Promoart na página 33.

³⁴ Ver Pardal (1998).

Os ofícios e saberes tradicionais relacionados às comunidades afrodescendentes estão espalhados pelo Brasil e se relacionam a diferentes áreas: mestres que confeccionam instrumentos como a viola machete, os diversos tipos de tambores, os berimbaus, os atabaques e outros instrumentos presentes nas formas de expressão e festividades afro-brasileiras; Técnicas de produção do artesanato, como os bordados, trançados e louças; modos de fazer relacionados a práticas rituais ou festivas (enfeites, máscaras tecidos e panos da costa); mestres e mestras de ofícios tradicionais, como benzedeiros, santeiros, rendeiras e artesãos que trabalham com fibras vegetais e demais recursos naturais; Lideranças religiosas que detém conhecimentos, sobre plantas e remédios naturais, adquiridos por meio da aprendizagem dentro comunidades as quais se vinculam; ofícios relacionados à culinária e à transmissão de saberes que contribuem para manutenção de uma infinidade de práticas culturais.

Nesse universo de conhecimentos populares de origem africana, destacam-se dois bens culturais reconhecidos como PCI do Brasil: Ofício das Baianas de Acarajé e o Ofício dos Mestres de Capoeira. O Ofício das Baianas de acarajé, registrado nos Livro de Saberes, é uma prática cultural que compõem o legado ancestral africano e, ao mesmo tempo, é fonte de renda para muitas mulheres e homens em várias regiões do Brasil. Por meio da venda do acarajé³⁵, as baianas tornam públicos os cardápios sagrados, geralmente desenvolvidos nos terreiros e, além disso, preservam receitas ancestrais africanos (IPHAN, 2007).

O Ofício dos Mestres Capoeira, registrado em 2008, é representativo de uma das expressões culturais afrodescendentes mais difundidas pelo Brasil e pelo mundo. A transmissão dos saberes da Capoeira se dá a partir de uma relação entre mestre e discípulos, guardando elementos que remontam às modalidades de repasse de saberes originários dos povos bantos, além de ressaltar aspectos simbólicos relacionados à experiência histórica afro-brasileira. Um dos aspectos mais relevantes na salvaguarda desse bem é a valorização dos mestres. Já que é estratégia que pode contribuir para a continuidade da transmissão dos valores e saberes da capoeira, além de promover a melhoria das condições de repasse dos referidos conhecimentos. Uma das ações realizadas no âmbito do Pró-Capoeira – Programa de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira – foi o edital de premiação Viva Meu Mestre, como forma de reconhecimento e valorização do trabalho dos mestres em junto à Capoeira.

³⁵ Bolinho de feijão fradinho temperado com sal, cebola e gengibre, frito em azeite de dendê. É comida votiva, oferecida ao orixá Xangô e sua esposa Iansã.

PRINCIPAIS PESQUISADORES DO PCI AFRODESCENDENTE

O Patrimônio Imaterial é um campo de estudos recente no Brasil e no mundo. O pioneirismo do Brasil na formulação de estratégias de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial tem contribuído para a ampliação de pesquisas e estudos relacionados à temática. No âmbito do Iphan, algumas iniciativas³⁶ promovem e apoiam a produção de conhecimento sobre diversas expressões culturais que integram o universo cultural afro-brasileiro. Além disso, pesquisadores, estudantes e membros de instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais também estão entre os principais pesquisadores.

No caso do PCI afrodescendente as pesquisas se inserem nos estudos mais amplos da cultura afro-brasileira. Estudos em nível de mestrado e doutorado são realizados em diversos departamentos e em núcleos de estudos como os NEAB – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros - em várias universidades do país. Como seria um trabalho exaustivo mapear o quantitativo de trabalhos realizados sobre o PCI afrodescendente e, não havia tempo hábil para tal exercício, indicamos alguns núcleos de pesquisa que tratam da temática como objeto de investigação científica (ver Anexo III).

Foram mapeadas universidades estaduais e federais de alguns estados e foram identificados núcleos de estudos que apresentam entre seus eixos de pesquisa, temáticas relacionadas ao PCI afrodescendente. As temáticas exploradas vão desde a religiosidade afro-brasileira, passando pela preservação da memória por meio da valorização do patrimônio afro-brasileiro, chegando até a importância da cultura negra para discussão das relações raciais no Brasil.

UM PROJETO REGIONAL DE SALVAGUARDA DO PCI AFRODESCEDENTE

Considerações iniciais

A salvaguarda do PCI afro-brasileiro, como já ressaltado, é realizada no âmbito da política federal de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial. Os elementos culturais de matriz africana adquirem maior visibilidade a partir da instituição do

³⁶ Prêmio Manuel Diegues Jr; Concurso Sílvio Romero e PEP - Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Departamento de Articulação e Fomento do Iphan.

instrumento jurídico do Registro, dado o quantitativo de bens imateriais afro-brasileiros já registrados.

Além das expressões culturais que podem ser imediatamente identificadas como representativas do universo cultural afro-brasileiro, existem inúmeras manifestações que possuem características que indicam níveis diferenciados de influência negra em seus processos de formação. O grande contingente populacional afro-brasileiro disperso pelo território nacional e a diversidade das formas de sociabilidade revelam as complexidades e os desafios da organização da salvaguarda desse patrimônio no Brasil.

Os instrumentos que operacionalizam a salvaguarda do PCI imaterial, de forma ampla, são colocados em prática, em cada caso, a partir das necessidades e demandas apresentadas pelos portadores e demais grupos envolvidos com os bens culturais. Ainda que a situação do Brasil no que se refere à identificação e reconhecimento do patrimônio imaterial afro-brasileiro tenha ganhado novo impulso nos últimos anos, as dimensões desse patrimônio e suas especificidades em cada região do país são aspectos que precisam ser ressaltados de forma mais efetiva nos trabalhos de pesquisa, inclusive, por meio de elaboração de categorias que indiquem de forma objetiva a origem e/ou os níveis de inserção das manifestações culturais no universo cultural afro-brasileiro. Nesse sentido, os instrumentos de conhecimento como Mapeamentos documentais e inventários são especialmente importantes para a identificação do PCI Afro-brasileiro e para a produção de conhecimento que, mais tarde, pode subsidiar eventuais processos de reconhecimento e incentivo.

Desafios e Possibilidades

Um elemento característico não só na salvaguarda do PCI afro-brasileiro, mas também entre outros portadores de PCI, é a dificuldade de mobilização imediata de algumas comunidades portadoras³⁷. Ainda que seja aspecto fundamental para encaminhamento da salvaguarda dos bens imateriais, existem conflitos em questões como representatividade, interesse ou mesmo ausência de capacitação técnica para efetiva inserção dos portadores na elaboração da política. No caso dos bens de origem

³⁷ Podemos citar como exemplo as dificuldades de mobilização das baianas de acarajé e as questões que envolvem a representatividade do grupo junto a outras instâncias envolvidas na salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé.

negra registrados, os exemplos mais interessantes são aqueles em que as comunidades efetivamente participaram do processo de salvaguarda, se apropriando dos conceitos e dos procedimentos necessários a execução da política. Dois exemplos são emblemáticos nesse sentido: O Jongo no Sudeste e o Samba de Roda no Recôncavo baiano.

Forma de expressão afro-brasileira representativa das formas de sociabilidade consolidadas por africanos escravizados, o Jongo no Sudeste foi registrado como Patrimônio Cultural do Brasil em 2005. Os diferentes grupos de Jongo estavam inseridos em um contexto complexo e possuíam níveis de organização diferenciados, além de conviverem com uma série de tensões relacionadas à contingências como questões étnico-raciais, de classe e representação e desvalorização de suas expressões. Depois de identificadas as principais ações que deveriam ser realizadas e, em função da ampla mobilização das bases sociais, foi possível a implantação do Pontão de Cultura do Jongo em 2007 gerido pela Universidade Federal Fluminense- UFF- e ampliação da rede de grupos inseridos nas discussões da Salvaguarda desse bem cultural.

Houve um aumento significativo no intercâmbio entre grupos de vários municípios e o fortalecimento das comunidades jongueiras por conta da aprovação em editais e das ações de transmissão de saberes e capacitação das lideranças. Um dos elementos que possibilitaram o avanço da salvaguarda do Jongo no Sudeste foi a ampla mobilização das bases sociais e sua efetiva participação na elaboração e gestão da política³⁸.

O caso do Samba de Roda é similar ao do Jongo em função da ampla mobilização das bases sociais. Registrado em 2004, a salvaguarda do referido bem tem como característica básica a articulação e o diálogo estabelecido entre os diversos interlocutores e os portadores, o que possibilitou a aproximação entre os grupos de diferentes municípios e a construção coletiva da política desde o início. Apesar de dificuldades e conflitos que caracterizam o contexto de formulação da salvaguarda de bens de natureza imaterial, foi possível a criação da Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia – ASSEBA – e a implementação do Pontão de Cultura em 2007. Na ASSEBA funciona um Centro de Referência do Samba de Roda, espaço importante onde são realizadas atividades relacionadas à documentação, oficinas, produção de filmes, discos e oficinas de repasse de saberes financiados por diversas instituições. A salvaguarda do Samba de Roda, realizada a partir da ampliação das redes

³⁸ As informações relacionadas à avaliação da salvaguarda foram retiradas do documento “Avaliação Preliminar da Política de Salvaguarda de Bens Registrados 2002-2010” produzido no âmbito do DPI de autoria de Letícia Costa Rodrigues Vianna e Morena Roberto Levy Salama.

em diferentes municípios, pode ser considerado um exemplo de empoderamento e fortalecimento das comunidades portadoras a partir da inserção das mesmas na construção da política de salvaguarda.

Já a salvaguarda o Ofício das Baianas de Acarajé possui uma trajetória mais um pouco diferente. Registrado como patrimônio cultural em 2005, o ofício foi alvo de ações de salvaguarda ainda na fase de registro. Ainda que tenha sido resultado de uma articulação entre diferentes entidades, entre elas a Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivo e Similares do Estado da Bahia – ABAM, a mobilização das bases sociais não teve o alcance necessário para consolidação de estratégias mais efetivas para a salvaguarda.

As ações realizadas atualmente são muito similares as que foram executadas na instrução do processo de reconhecimento do bem. Com muitas dificuldades, inclusive de gerenciamento, é implantado o Pontão de Cultura em 2008 com objetivo de organizar o espaço do “Memorial da Baiana”, que deveria se tornar um centro de referência, além de abrigar exposições e oferecer oficinas de capacitação e de repasse de saberes.

A salvaguarda do Ofício das baianas enfrenta desafios como os baixos níveis de mobilização das bases sociais e de apropriação da política por parte dos gestores do pontão, no caso a ABAM. Atualmente estão reformulando os fundamentos do processo da salvaguarda a partir de uma articulação nacional, numa tentativa de alargar as bases sociais e fortalecer esse segmento de forma mais ampla. Além disso, trabalham na elaboração de um Plano de salvaguarda e na consolidação de parcerias com diferentes interlocutores nos níveis federal e estadual. Cabe ressaltar a realização de ciclos de formação e seminários envolvendo as baianas de acarajé de diferentes regiões do país. Ainda que o número de participantes esteja abaixo das expectativas dos organizadores e que apresentem problemas na definição de temas e dinâmicas realizadas, são iniciativas importantes.

Esses exemplos indicam a complexidade da execução da política nacional de salvaguarda de bens imateriais. Além disso, aspectos de caráter mais geral como a desarticulação entre as instituições que poderiam compartilhar experiências e atuar de forma colaborativa é um aspecto que incide negativamente sobre a salvaguarda do PCI afro-brasileiro. É fundamental que cada instância de governo tenha seus papéis definidos e comprometimento na realização das ações e iniciativas de sua competência e que ocorra a colaboração entre as diferentes instâncias de governo: federal, estadual e municipal.

Outro aspecto que merece destaque é a necessidade de articulação entre as diretrizes e princípios da política federal de salvaguarda do PCI afro-brasileiro e as discussões sobre as relações étnico-raciais no Brasil. Se as ações de salvaguarda são realizadas a partir de uma perspectiva ampla que visa o desenvolvimento das comunidades portadoras, é necessário ressaltar quais elementos definem ou condicionam as comunidades a situações de subalternidade. No caso dos afro-brasileiros, que possuem índices significativos de vulnerabilidade social, é imprescindível a reflexão sobre os impactos do racismo e do preconceito racial na composição desse quadro.

Aspectos de caráter mais amplo como a heterogeneidade das práticas e dos grupos portadores de PCI afrodescendente, as especificidades do contexto local de cada bem e a natureza participativa da política federal de salvaguarda constituem desafios importantes no encaminhamento da política. A abrangência das ações também é um elemento que deve ser considerado, já que depende das demandas apresentadas pelo bem cultural em questão. Um grande desafio enfrentado atualmente pelo DPI é a consolidação da salvaguarda da Capoeira, já que o espaço de ocorrência dessa manifestação é em todo território nacional. A mobilização das bases sociais, nesse caso, é um dos grandes desafios para a implementação da salvaguarda propriamente dita.

É importante que os processos de reconhecimento do PCI afro-brasileiro como representativo da cultura nacional sejam entendidos como decorrências da trajetória das ações de combate ao racismo e de valorização da contribuição cultural da população negra. Indicamos, ainda, que a política federal de patrimônio imaterial é um processo em construção, principalmente porque inaugura uma nova modalidade de política pública e um nível diferenciado de diálogo entre o Estado e a sociedade civil. Um processo que caminha, mas que possui dificuldades inclusive em função desse aprendizado que sugerido pela elaboração de uma política participativa e de empoderamento das comunidades detentoras.

Recomendações para um Projeto Regional

A elaboração de um projeto regional é um desafio grandioso. A situação das comunidades afrodescendentes, as diferentes abordagens e estratégias utilizadas na salvaguarda e as distinções conceituais aparecem como aspectos que precisam ser longamente discutidos.

Como o trato do patrimônio imaterial afrodescendente é realizado dentro da política realizada para todos os bens culturais de natureza imaterial, as sugestões e indicações para elaboração de um projeto regional são de caráter mais amplo. Um dos aspectos mais importantes é reflexão e consolidação de conceitos e referenciais teóricos que sejam utilizados por todos os países-membros. Isso viabilizaria a produção de elementos de comparação acerca do conhecimento produzido e um nível de integração que possibilitaria a implantação de políticas públicas articuladas. Para isso também é muito importante levar em consideração os contextos e possibilidades de cada país, assim como as políticas por eles já implantadas, de modo que se possa propor ações e cronogramas viáveis e coerentes com as possibilidades de execução.

A participação das comunidades detentoras na formulação e implementação da salvaguarda de seus bens culturais é fundamental. É uma forma de promover a autonomia dos grupos e um meio de incentivar a criação de instâncias de gestão coletiva dos bens culturais. Nesse contexto, a capacitação e treinamento dos portadores são fundamentais na construção de uma salvaguarda que priorize a participação efetiva e democrática das comunidades na construção da política pública.

Outro elemento importante refere-se à elaboração de formas práticas de compartilhamento de informações entre os países. Como exemplo, a criação de banco de dados e elaboração de agenda comum que possibilite o acompanhamento de projetos e eventuais discussões com base nas ações e experiências realizadas.

De todo modo, os diagnósticos realizados de cada país devem ser referências fundamentais na elaboração de estratégias comuns e de uma política integrada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, Rafael Sanzio dos.
2004 **Cartografia e Cultura:** Territórios dos Remanescentes de Quilombos no Brasil. Texto apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra 16,17 e 18 de Setembro de
- ARAÚJO, Emanuel (Org.).
1988 **A Mão Afro-brasileira** – O significado da contribuição artística e histórica. São Paulo: Tenenge,.
- BRASIL
2006 Ministério da Educação e Cultura. Centro de Educação à distância. **Educação Africanidades Brasil.** Brasília: Ed. UNB,.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da.
2000 Lendas Brasileiras. Rio de Janeiro: Ediouro,
2001 **Made in Africa.** São Paulo: Global Editora,.
2002 **Geografia dos Mitos Brasileiros.** São Paulo: Ed. Global,
- FONSECA, Maria Cecília Londres.
1996 **Da Modernização à Participação:** A política Federal de preservação nos 70 e 80. Cidadania, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 24,
- GOMES, Flávio.
2006a **História e Historiografia da Escravidão no Brasil:** Identidades, caminhos e percursos. Módulo Educação Africanidades Brasil, Brasília: Universidade de Brasília,.
2006b **Quilombos e Mocambos:** camponeses negros e a experiência do protesto coletivo no Brasil Escravista. Módulo Educação Africanidades Brasil, Brasília: Universidade de Brasília.
- IBGE.
2007 **Estudos Sóciodemográficos e Análises espaciais referentes aos municípios com a existência de Comunidades de Remanescentes de Quilombos:** Relatório Técnico Preliminar. Rio de Janeiro: IBGE.
- IPHAN
2010 **Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois:** Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Iphan; Brasília, 2ª edição.
2007 **Dossiê Iphan 6:**Ofício das Baianas de Acarajé. Iphan: Brasília.
- PARDAL, Paulo.
1988 As Carrancas de Guarany. In: ARAÚJO, Emanuel. (Org.) **A mão Afro-brasileira:** Significado da Contribuição Artística e Histórica. São Paulo: Tenenge.
- PESSOA, Yeda.
2006 **Influência das Línguas Africanas no Português Brasileiro.** Módulo Educação Africanidades Brasil, Brasília: Universidade de Brasília.

PETTER, Margarida Maria Taddoni.

2010 **Línguas Africanas no Brasil**. USP, v. 27/28, p. 63-89,.

PETROVICH, Carlos R. & Vanda MACHADO.

2004 Irê Ayó: **Mitos Afro-brasileiros**. Salvador: Edufba,.

PRANDI, Reginaldo.

1996 **Herdeiras do Axé**. São Paulo: Hucitec,.

QUEIROZ, Sônia.

1998 **Pé Preto no Barro Branco** – A língua dos Negros de Tabatinga. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG.

SCHWARCZ, Lilia Moritz.

1993 **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Marina de Mello e.

2002 **Reis Negros no Brasil Escravista**: história da festa de coroação de Rei do Congo. Belo Horizonte: UFMG.

2007 **África e Brasil Africano**. 2ª Ed. São Paulo: Ática.

VOGT, Carlos & Peter FRY.

1996 **Cafundó**: A África no Brasil. SP: Editora da Unicamp.

Anexo I
Inventários de Referências Culturais Relacionadas ao PCI Afrodescendente

UF	Inventário Nacional de Referências Culturais	Ano de conclusão
BA	Ofício de Baiana de Acarajé	2005
BA	Festa de Santa Bárbara	2005
BA	Município de Rio de Contas.	2005
BA	Rotas da Alforria: Trajetória da população afrodescendente na região de Cachoeira. Identificação das referências culturais ligadas ao sítio histórico e à suas redes de sociabilidade	2007
ES	Comunidades quilombolas do Norte do Espírito Santo	2009
GO	Festas do Rosário e Congadas no Estado de Goiás	
MA	Bumba-Meu-Boi do Maranhão	2004
MA	Município de Alcântara.	2009
MA	Tambor de Crioula do Maranhão: Forma de expressão artística e religiosa de origem africana tradicional na região	2006
PE	Comunidades Quilombolas de Pernambuco	2005
PI	Comunidades Quilombolas de 17 Municípios do Piauí	2007
RJ	Venerável Irmandade de São Benedito de Angra dos Reis	2008
RJ	Matrizes do Samba Carioca	2006
RJ, SP, ES MG	Jongo: Forma de expressão poética, musical e coreográfica praticadas por comunidades na região Sudeste	2005
SC	Sertão de Valongo: Região de origem quilombola, habitada por comunidades rurais descendentes de africanos escravizados	2007
SC	Quilombo São Roque em Santa Catarina	2008
RS	Sítio Histórico de Porongos: Local onde ocorreu o episódio histórico do massacre dos lanceiros negros durante a Revolução Farroupilha	2005
AP	Marabaixo do Amapá	Em andamento
PA	Comunidades Quilombolas de Oriximiná	Em andamento
MG	Quilombolas das Famílias Teodoro de Oliveira e Ventura	Em andamento
DF GO	Lugares de Culto de Matriz Africana no DF e Entorno	Em andamento
PE	Ilê Obá Ogunté (Terreiro de Pai Adão)	Em andamento
PI	Tambor de Crioula do Leste da Região dos Cocais	Em andamento
RJ	Umbanda	Em andamento
RJ	Candomblé	Em andamento
SP	Quilombolas do Vale do Rio Ribeira de Iguape	Em andamento

Anexo II
Bens Culturais Imateriais Afrodescendentes Registrados

UF	Bem Registrado	Proponente	Inscrição Livro de Registro
BA	Ofício das Baianas de Acarajé	CNFCP	21/12/2004 Livro de Registro dos Saberes
BA	Samba de Roda do Recôncavo	Iphan/DPI	05/10/2004 Livro de Registro das Formas de Expressão
ES, MG, SP e RJ	Jongo no Sudeste	Grupo Cultural Jongo da Serrinha e CNFCP	15/12/2005 Livro de Registro das Formas de Expressão
MA	Tambor de Crioula	Prefeitura de São Luís/MA	20/11/2007 Livro de Registro das Formas de Expressão
RJ	Matrizes do Samba Carioca: partido alto, samba de terreiro e samba-enredo.	Associação das Escolas de Samba do Rio de Janeiro	20/11/2007 Livro de Registro das Formas de Expressão
Nacional	Roda de Capoeira	Iphan/DPI	21/10/2008 Livro de Registro das Formas de Expressão
MA	Complexo do Bumba-meu-boi no Maranhão	Iphan/DPI	30/08/2011 Livro de Registro das Celebrações
Nacional	Ofício dos Mestres de Capoeira	Iphan/DPI	21/10/2008 Livro de Registro de Saberes

Bens Culturais Imateriais Afrodescendentes em processo de Registro

UF	Bem Cultural em processo de Registro
PE	Caboclinho, Cavalo-Marinho, Maracatu Nação e Maracatu Rural.
MG	Congadas de Minas Gerais.
BA	Festa de Nosso Senhor do Bonfim.

Anexo III
Grupos de Pesquisa Sobre o
Patrimônio Cultural Imaterial Afrodescendente

Bahia

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Núcleo das Tradições Orais e Patrimônio Imaterial – NUTOPIA
<http://projetonutopia.org/>

Ceará

Universidade Federal do Ceará – UFC
Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória

Espírito Santo

Museu Capixaba do Negro – Prefeitura de Vitória
<http://museucapixabadonegro.blogspot.com>

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB
<http://neabufes.blogspot.com/>

Maranhão

Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Grupo de Pesquisa Religião e Cultura Popular – GPMINA
<http://www.gpmina.ufma.br/index.htm>

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA (Campus Imperatriz)
Grupo de Estudos Cultural Afro-Indígena
<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=5058705FQ07HT2>

Minas Gerais

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB
<http://www.ufjf.br/neab/>

Pernambuco

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade – NEPE

Paraná

Universidade Estadual de Londrina – UEL
Laboratório de Cultura e Estudos Afro-brasileiros – LEAFRO

<http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/projeto.php>

Rio de Janeiro

Universidade Federal Fluminense – UFF
Núcleo de Pesquisas em História Cultural – NUPEHC
http://www.historia.uff.br/nupehc/pesquisas_ci.php

Santa Catarina

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Núcleo de Estudos Sobre Identidades e Relações Interétnicas – NUER
<http://cfh.ufsc.br/~nuer/linhasdepesquisa>